



Relatório de Autoavaliação

O Homem não é uma inutilidade num mundo feito mas o obreiro dum mundo a fazer.

Leonardo Coimbra

Departamento da Qualidade
Setembro 2025

Índice

Introdução.....	3
Objetivos	3
Metodologia.....	4
Liderança e Gestão.....	7
Documentos orientadores	8
Clubes e Projetos	10
Recursos humanos e materiais	12
Comunicação.....	12
Serviço Educativo	13
Serviço de Psicologia e Orientação	13
Autonomia e Flexibilidade Curricular	14
Desdobramentos e Coadjuvâncias.....	16
Apoio Tutorial Específico.....	16
Estratégias de ensino e aprendizagem	17
Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão (MSAI).....	18
Avaliação das aprendizagens	20
Recursos educativos.....	24
BRAVE/IAMME	24
Trabalho colaborativo/Departamentos.....	25
Intervisão Pedagógica	27
Resultados.....	30
Resultados Académicos Internos	31
Resultados académicos – avaliação externa	38
Resultados Sociais.....	40
Reconhecimento da comunidade	50
EQAVET.....	51
Recomendações e orientações	54
Considerações finais	56

RELATÓRIO AVALIAÇÃO INTERNA

“Qualquer processo de autoavaliação contém em si uma perspectiva de prestação de contas face à comunidade educativa, possui potencialidades para produzir conhecimento acerca das diferentes dimensões da escola, preparando-a para o confronto com a avaliação externa e para o aprofundamento da sua autonomia, isto para além da perspectiva do desenvolvimento que lhe está inerente”

Alaiz et al.

Introdução

A autoavaliação institucional é um instrumento basilar para o desenvolvimento e a melhoria contínua da nossa escola, assumindo um papel central na promoção da qualidade educativa. Em conformidade com o caráter obrigatório e permanente estabelecido pela Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, este relatório reflete o compromisso da nossa comunidade educativa em analisar criticamente o seu desempenho, identificar boas práticas e reconhecer áreas passíveis de aperfeiçoamento.

Este processo de autoanálise é fundamental para a preparação e resposta eficaz aos desafios e requisitos decorrentes do ciclo avaliativo. Em particular, a sua importância é reforçada face ao 3º Ciclo de Avaliação Externa da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), iniciado em 2018, conforme o estipulado no Despacho n.º 13342/2016, de 9 de novembro. A nossa autoavaliação serve, assim, como uma ferramenta estratégica para monitorizar o progresso e garantir a conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

A estrutura e a abordagem deste relatório estão alinhadas com os princípios de autonomia e gestão das escolas, consagrados no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, e suas subseqüentes alterações, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, a Portaria n.º 137/2012, de 11 de maio, e a Portaria n.º 44/2014, de 20 de fevereiro. Estes diplomas legais providenciam o enquadramento necessário para a nossa gestão democrática e participativa, onde a autoavaliação se insere como um processo dinâmico de reflexão interna e externa.

Através deste exercício rigoroso e transparente, procuramos não só cumprir as exigências legais, mas, acima de tudo, fomentar uma cultura de responsabilidade e excelência, garantindo que a nossa escola continue a ser um espaço de aprendizagem inovador e inclusivo, focado no sucesso de todos os alunos.

Objetivos

A avaliação interna é um processo contínuo que visa analisar o funcionamento da escola, tanto do ponto de vista pedagógico quanto organizacional, com o objetivo de promover o seu aperfeiçoamento. Nesta linha a avaliação interna permite:

- A) Identificar pontos fortes e fracos:** a avaliação interna ajuda a identificar o que está a funcionar bem na escola e quais as áreas que precisam de atenção e melhorias.
- B) Melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem:** ao identificar os pontos fracos, a escola pode implementar ações corretivas e estratégias para melhorar o desempenho dos alunos e a eficácia do processo/serviço educativo.

- C) Avaliar o desempenho da escola:** a avaliação interna permite verificar se a escola está a atingir os objetivos estabelecidos no Projeto Educativo e se as práticas pedagógicas estão alinhadas com as necessidades dos alunos.
- D) Promover a autoavaliação e a reflexão:** a avaliação interna incentiva a reflexão crítica sobre as práticas escolares, tanto por parte dos professores como dos alunos e demais membros da comunidade educativa, fomentando um processo de melhoria contínua.
- E) Apoiar a tomada de decisões:** os resultados da avaliação interna fornecem informações valiosas para a tomada de decisões, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo, auxiliando na alocação de recursos e na definição de prioridades.
- F) Envolver a comunidade educativa:** a avaliação interna deve ser um processo participativo, envolvendo professores, alunos, pais e outros membros da comunidade educativa, promovendo o diálogo e a colaboração.

A avaliação interna, desenvolvida no agrupamento, teve como objetivos, analisar:

- o grau de concretização do projeto educativo e o modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens das crianças e alunos do Agrupamento, de acordo com as suas características específicas;
- o grau de execução das atividades proporcionadoras de climas e ambientes educativos capazes de gerarem as condições efetivas e emocionais de vivências escolares propícias à interação social, às aprendizagens e ao desenvolvimento integral da personalidade das crianças e jovens;
- o desempenho dos órgãos de administração e gestão das escolas do Agrupamento, abrangendo o funcionamento das estruturas escolares de gestão e de orientação educativa, o funcionamento administrativo, a gestão dos recursos e a visão inerente à ação educativa, enquanto projeto e plano de atuação;
- o sucesso escolar, avaliado através da promoção da frequência escolar e dos resultados do desenvolvimento das aprendizagens escolares dos alunos, em particular dos resultados identificados através dos regimes em vigor de avaliação das aprendizagens;
- a prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa.” tal como preconiza o artigo 6º da Lei nº31/2002 de 20 de Dezembro.

Metodologia

A metodologia utilizada na elaboração/estruturação deste relatório teve como base a análise documental e de inquéritos aplicados no final do ano a alunos, docentes e técnicos, pessoal não docente e encarregados de educação.

Em termos de análise documental o relatório apoiou-se nos relatórios elaborados pelas várias estruturas educativas, clubes e projetos, bem como na implementação de um guião de autoavaliação nos departamentos curriculares. Recorreu-se ainda à leitura e a análise de atas.

Os inquéritos, centrados nos domínios “Liderança e Gestão, “Serviço Educativo” e “Resultados”, foram construídos, ao longo do ano letivo, pela equipa de autoavaliação do Departamento da Qualidade, e aplicados no final do ano letivo.

Inquéritos a alunos

312 respostas

Tabela 1. Taxa de participação em inquérito

Ciclo de ensino	N.º total	N.º de respondentes	Taxa de participação
2.º ciclo	118	78	66,1%
3.º ciclo	143	80	55,9%
Ensino Secundário – cursos científico-humanísticos	178	110	61,8%
Ensino Secundário – cursos profissionais	156	44	28,2%



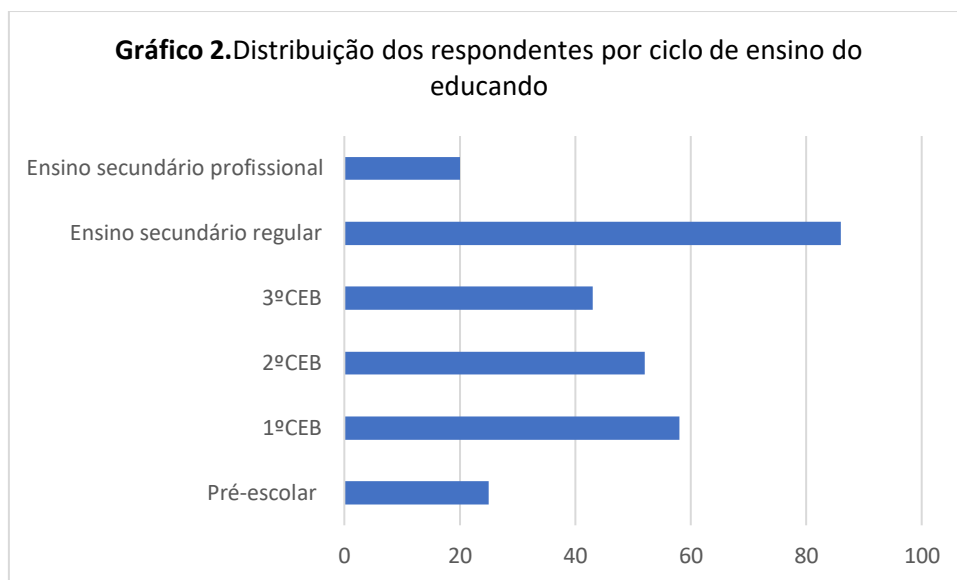
Inquéritos a encarregados de educação

284 respostas

Tabela 2. Taxa de participação em inquérito

Nível de ensino	N.º total*	N.º de respondentes	Taxa de participação
Pré-escolar	42	25	59,5%
1.ºCEB	153	58	37,9%
2.ºCEB	118	52	44,1%
3.ºCEB	173	43	24,9%
Ensino Secundário – cursos científico-humanísticos	178	86	48,3%
Ensino Secundário – cursos profissionais	156	20	12,8%

Os encarregados de educação que têm mais do que um educando no agrupamento reponderam apenas uma vez



Inquéritos a docentes e técnicos

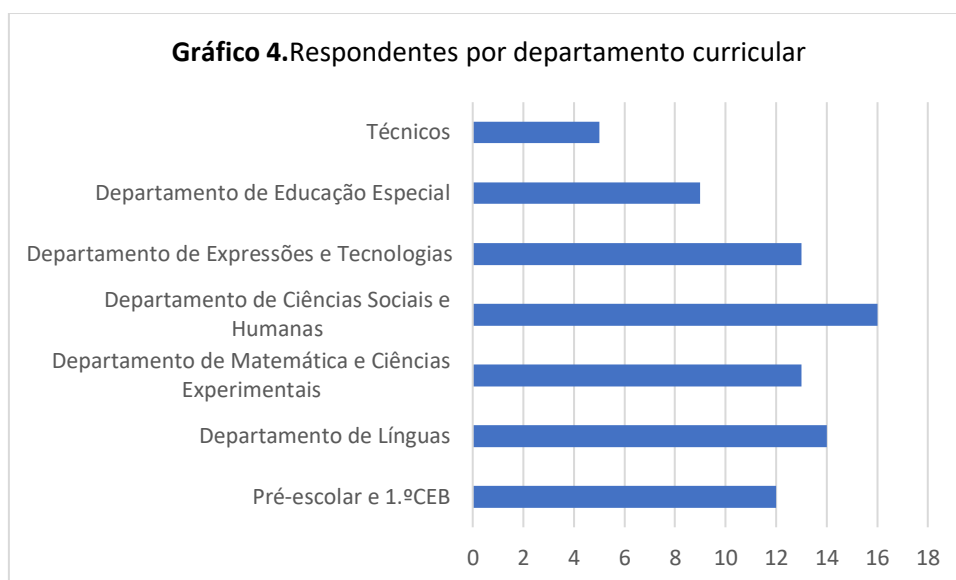
83 respostas

Tabela 3. Taxa de participação em inquérito

Departamento	N.º total	N.º de respondentes	Taxa de participação
Pré-Escolar e 1.º CEB	12	12	100%
Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	17	13	76,5%
Departamento de Ciências Sociais e Humanas	16	16	100%
Departamento de Expressões e Tecnologias	22	13	59,1%
Departamento de Línguas	17	14	82,5%
Departamento de Educação Especial	9	10*	100%
Técnicos	16	5	31,3%

*por lapso, um técnico deverá ter respondido como membro do departamento de educação especial, uma vez que estes elementos se encontram, de facto, afetos a um departamento curricular





Inquéritos a pessoal não docente

36 respostas

Tabela 4. Taxa de participação em inquérito

	N.º total	N.º de respondentes	Taxa de participação
Pessoal Não docente	45	36	80%

Liderança e Gestão

“Uma forte e esclarecida liderança permite e promove o envolvimento e participação crítica de toda a comunidade no desenvolvimento do projeto educativo da escola. Os líderes inovam, centram-se nas pessoas, inspiram confiança, desafiam o poder, têm visão a longo prazo, implicam as pessoas, integram informação. Assim o líder tem como funções: revitalizar a organização, criar novas visões, mobilizar o compromisso com as novas visões e definir a necessidade da mudança”. (cit in Trigo e Costa, 2008)

O domínio Liderança e Gestão é um pilar fundamental que avalia a capacidade da escola se organizar e de orientar o seu projeto educativo para o sucesso. Este domínio concentra-se em três aspetos principais:

- **Liderança e Participação:** a forma como a equipa de liderança (direção, conselho pedagógico, etc.) influencia e mobiliza a comunidade educativa para atingir os objetivos. A avaliação foca-se na existência de uma liderança clara e inspiradora, que promove a participação ativa de todos – docentes, alunos, pessoal não-docente e pais/ encarregados de educação – na vida da escola.
- **Planeamento e Avaliação:** a qualidade dos processos de planeamento, como a elaboração do projeto educativo e do plano anual de atividades, por exemplo. Este aspeto avalia se o planeamento é estratégico e se a escola monitoriza e avalia de forma sistemática o seu próprio desempenho, usando os resultados para ajustar e otimizar as suas ações.

- **Gestão Administrativa e de Recursos:** a eficácia na gestão dos recursos humanos, financeiros e físicos da escola. Analisa-se se os recursos são utilizados de forma eficiente para apoiar o ensino e a aprendizagem, garantindo que a escola tem as condições necessárias para o seu bom funcionamento.

Documentos orientadores

Consideram-se documentos orientadores de um agrupamento aqueles que se constituem como instrumentos essenciais para a organização e funcionamento da instituição, estabelecendo princípios, metas e diretrizes para o processo educativo. De entre os principais, destacam-se o Projeto Educativo, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Atividades, o Projeto de Intervenção do Diretor, o Referencial para a Avaliação das Aprendizagens, as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).

Projeto Educativo:

É o documento que define a identidade da escola, os seus princípios, valores, metas e estratégias para cumprir sua função educativa. É elaborado para um horizonte de três anos e aprovado pelos órgãos de gestão.

Regulamento Interno:

Define o regime de funcionamento da escola, incluindo os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar, bem como as normas de conduta e organização interna.

Plano Anual de Atividades:

Documento que detalha, em função do Projeto Educativo, os objetivos, a organização e a programação das atividades escolares ao longo do ano letivo.

Aprendizagens Essenciais:

Documentos de orientação curricular que estabelecem as aprendizagens consideradas fundamentais para cada área de conhecimento, visando o desenvolvimento das competências definidas no Perfil dos Alunos.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO):

Documento que define os princípios, visão, valores e áreas de competências que se pretende que os alunos desenvolvam ao longo da escolaridade, servindo de referência para a organização do currículo e o trabalho das escolas.

Projeto de Intervenção do Diretor

Está previsto na legislação portuguesa que rege a autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino. É um documento vital que traduz a visão e o plano de um líder educacional para a melhoria contínua da escola, garantindo que as ações da direção estejam alinhadas com as necessidades da comunidade educativa e os objetivos de sucesso escolar.

Estes documentos, em conjunto, orientam o trabalho pedagógico, a gestão escolar e a participação da comunidade educativa, promovendo a qualidade do ensino e a realização dos alunos.

Resultados dos inquéritos aplicados, domínio Liderança e Gestão:

A) Alunos

Da análise às repostas dos alunos é possível concluir que genericamente os alunos conhecem os documentos estruturante que regem e orientam a vida do agrupamento.

Os documentos que os alunos melhor conhecem são os critérios de avaliação (grau de conhecimento de bom – 43,4%, razoável – 29,6% e aprofundado- 21,5%), o plano anual de atividades (grau de conhecimento de bom – 43,4% e razoável - 40,5%) assim como os meios de divulgação da escola, como a página web e as redes sociais do agrupamento (grau de conhecimento de bom – 41,8% e razoável - 23,5%).

Em relação ao desempenho dos serviços de orientação educativa com os quais os alunos contactaram ao longo do ano a avaliação é francamente positiva, destacando-se por ordem decrescente de satisfação os professores da turma, o diretor de turma e o diretor do agrupamento.

B) Encarregados de educação

A par do que se verifica com os alunos, também os encarregados de educação mostram ter um maior grau de conhecimento dos critérios de avaliação, do PAA e dos meios de divulgação do agrupamento. No que concerne a questões relacionadas com a organização e planeamento, nomeadamente a forma como são contactados e recebidos os encarregados de educação, estes avaliam de forma mais positiva a privacidade como são atendidos e a forma como são convocados e menos positivamente o aspeto relacionado com a antecedência das convocatórias. Avaliam de forma menos positiva (45,1%) o incentivo à participação dos pais e encarregados de educação para a discussão e análise de questões da vida da escola.

Relativamente à avaliação do desempenho dos serviços de orientação educativa contactados pelos encarregados de educação destacam-se, pela positiva, os diretores de turma, o diretor da escola e os serviços administrativos.

C) Pessoal Docente e Técnicos

O grau de conhecimento de documentos estruturantes, como o projeto educativo e o regulamento interno do agrupamento é avaliado com menção 4 e 5 por cerca de 95% dos inquiridos e 94% dos docentes e técnicos considera que foi implicado na elaboração dos referidos documentos, os quais são considerados coerentes e articulados entre si, assentando numa visão estratégica para a melhoria dos resultados escolares (83% com nível 4 e 5)

O grau de adequação do Projeto Educativo às especificidades do meio é avaliado com uma média de 4,24.

75 dos 83 docentes e técnicos respondentes consideram que a visão da escola é clara, coerente e orientada para a qualidade das aprendizagens, refletindo os princípios da educação inclusiva.

O desenvolvimento/implementação de projetos e parcerias recebe também uma classificação bastante positiva, pelo que se reconhece a sua importância para a vida da escola e para a concretização dos seus propósitos.

82% dos respondentes consideram que medidas inovadoras como o BRAVE, os desdobramentos (Ciências e Línguas) ou a sala LED (Laboratório de Educação Digital) se adequam às necessidades específicas do agrupamento, e o balanço que fazem da eficácia das mesmas é positivo (89%, nível 4 e 5).

77% dos docentes e técnicos consideram que a liderança promove a motivação, o desenvolvimento profissional e a participação ativa dos docentes na tomada de decisões, o que evidentemente faz transparecer um bom clima de escola (média 4,13). Relativamente ao ambiente de trabalho quase 80% dos respondentes faz uma avaliação com nível 4 e 5, considerando-o, por isso, propício à colaboração entre os diferentes intervenientes.

O grau de diversidade das medidas organizacionais que visam a promoção do trabalho colaborativo e as oportunidades de formação interna e de desenvolvimento profissional são dois aspetos do domínio Liderança e Gestão a receber uma avaliação francamente positiva, com médias de 4,19 e 4,16, respetivamente.

D) Pessoal Não docente

Relativamente ao pessoal não docente, o documento estruturante sobre o qual revelam mais conhecimento é o regulamento interno e o que conhecem menos (81%, nível 1, 2 e 3) é o projeto educativo.

78% dos inquiridos consideram que os diferentes intervenientes educativos são implicados na elaboração dos documentos estruturantes do agrupamento. Dos 8 inquiridos (em 36) que responderam não, o motivo para essa não implicação prende-se com o não ser solicitada a sua colaboração.

Cerca de 50% dos inquiridos sente que a sua opinião e contributos são valorizados pela Direção da escola.

Mais de 50% dos respondentes (23 em 36) considera que os procedimentos administrativos e a organização do trabalho são eficientes e facilitam o seu desempenho.

É avaliada de forma negativa (média de respostas 2,82) distribuição de tarefas e responsabilidades entre o pessoal não docente, uma vez que muitos dos inquiridos não a consideram justa e equilibrada. Quando questionados sobre se a escola promove um ambiente de trabalho colaborativo e de entreajuda entre os diferentes elementos do pessoal, os inquiridos fazem uma avaliação mediana (3,19).

64% dos inquiridos avaliam com nível 1,2 ou 3 a clareza do plano para a formação e desenvolvimento profissional do pessoal não docente.

Em relação a aspetos mais gerais sobre liderança e gestão merecem uma avaliação francamente positiva a disponibilidade para apoiar o pessoal não docente e a capacidade de liderança e gestão dos recursos humanos, enquanto a valorização do trabalho profissional do pessoal não docente, merece uma avaliação menos positiva.

No que concerne ao grau de satisfação em relação aos superiores hierárquicos 70% dos inquiridos atribui menção Muito Bom e Bom, e apenas 2 dos inquiridos fazem uma avaliação negativa.

Clubes e Projetos

A escola é muito mais do que apenas um lugar para aprender Matemática, Português ou Geografia. É um ambiente onde os alunos crescem, descobrem seus talentos e se preparam para o futuro. Neste contexto, o desenvolvimento de clubes e projetos desempenha um papel fundamental e insubstituível, constituindo-se como um objetivo contemplado no projeto educativo em vigor neste ano letivo e inserido igualmente no projeto educativo aprovado para o triénio 2025-2028 – *“Desenvolver a transversalidade dos projetos, clubes e da biblioteca escolar, integrando-os no currículo”*.

O agrupamento procura oferecer uma ampla diversidade de clubes e projetos, capazes de responder à diversidade de alunos e à multiplicidade de inteligências e sensibilidades dos alunos.

Estas atividades extracurriculares oferecem uma plataforma única para que os estudantes explorem os seus interesses além do currículo tradicional. Seja um clube de culinária, um grupo de robótica, um projeto Erasmus ou o parlamento dos jovens, os alunos têm a oportunidade de aprofundar conhecimentos, desenvolver novas competências e aplicar o que aprendem em sala de aula de forma prática e significativa, uma vez que tem sido feito um esforço, por parte dos docentes, em integrar e articular com os diferentes clubes e projetos da Escola.

Além do enriquecimento académico evidente, os clubes e projetos são verdadeiros laboratórios de competências socioemocionais. Neles, os estudantes aprendem a trabalhar em equipa, a resolver problemas, a comunicar ideias, a liderar e a seguir. A colaboração, o respeito pelas diferentes opiniões e a capacidade de enfrentar desafios tornam-se parte do dia a dia, preparando-os para as complexidades do mundo atual.

Participar neste tipo de iniciativas também contribui para o aumento da motivação e do sentido de compromisso dos alunos com a escola, que se reflete, muitas vezes, não apenas no seu desempenho nas atividades dos clubes e projetos, mas também na sua postura e atitude em relação aos estudos.

Em suma, os clubes e projetos escolares são investimentos valiosos no desenvolvimento integral dos jovens. Eles complementam a educação formal, impulsionam o crescimento pessoal e social, e capacitam os alunos a se tornarem indivíduos mais completos, críticos e preparados para os desafios e oportunidades que a vida lhes apresentará.

Tabela 5. Clubes e Projetos

Clube / projeto	Prof. responsável	N.º de alunos inscritos	N.º de alunos a frequentar	Desempenho dos alunos	Comportamento dos alunos	Assiduidade dos alunos
CIÊNCIA VIVA	José Gonçalves	6	6	Avançado	Expert	Expert
LABORATÓRIO D'ARTE	José Rodrigues e Helena Reis	10	21	Avançado	Expert	Avançado
PESES	M ^ª José Nogueira	S/ alunos				
TU.ES:AEVO(TUNA ESCOLAR)	Eduardo Teixeira	54	54	Expert	Expert	Expert
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM	Fernando Teles	S/ alunos				
DESPORTO ESCOLAR	Carlos Fonseca	140	86	Avançado	Avançado	Avançado
PARLAMENTO DOS JOVENS	Vera Monteiro	70	35	Avançado	Intermédio	Intermédio
CLUBE DE CULINÁRIA	João Cardoso	S/ alunos				
CLUBE DE ROBÓTICA	José Mourinho	10	10	Avançado	Avançado	Avançado
ERASMUS +	Helena Cardoso	50	35	Expert	Expert	Avançado
BRAVE/IAMME	Fernando Miranda	30	30	Avançado	Avançado	Avançado
ECO-ESCOLAS	Elsa Alves	S/ alunos				
CLUBE DE FRANCÊS	Olga Lopes	5	6	Avançado	Expert	Intermédio
PROTEÇÃO CIVIL	Emanuel Fidalgo	9	6	Intermédio	Avançado	Intermédio
ECOSSISTEMAS DE APRENDIZAGEM	Noémia Pereira	S/ alunos				

O clube de Culinária desenvolve um trabalho transversal de articulação com outros projetos, como o projeto Erasmus e com os alunos que frequentam o CAA, nas suas múltiplas valências.

Os projetos EcoEscolas, PESES e Ecosistemas de Aprendizagem desenvolvem trabalho transversal a todas as turmas e níveis de ensino.

Analisando a tabela é possível concluir que os clubes e projetos envolvem um número significativo de alunos do agrupamento (total de alunos envolvidos diretamente – 289), com uma maior incidência no segundo e terceiro ciclo, bem como o ensino secundário.

Recursos humanos e materiais

Resultados dos inquéritos aplicados

A) Alunos

Relativamente aos serviços e equipamentos os alunos fazem uma avaliação bastante positiva da Biblioteca Escolar e da papelaria/reprografia.

Avaliam de forma mais negativa o aspeto e conforto das salas de aula e da sala de alunos.

B) Encarregados de educação

Em relação aos serviços e equipamentos, os encarregados de educação dão uma avaliação mais positiva ao “Aspeto e conforto das salas de aula” e menos positiva ao “Aspeto e funcionalidade do pavilhão gimnodesportivo”.

C) Pessoal Docente e Técnicos

A gestão dos recursos humanos e materiais é eficiente, equitativa e transparente, garantindo o seu adequado aproveitamento, média de respostas de 3,93.

Quando questionados sobre alguns aspetos relacionados com serviços e equipamento da Escola, os docentes e técnicos salientam, com uma avaliação muito positiva, os seguintes: organização da sala de trabalho /sala de professores, espaços disponíveis para atendimento/ reuniões e a reprografia. Aspetos como o material informático disponível para o trabalho dos professores e a questão da utilização dos portáteis no espaço escolar, com acesso à rede wireless recebem uma avaliação menos positiva.

D) Pessoal Não docente

A avaliação da gestão dos recursos (financeiros, materiais e humanos) da escola é positiva.

Quase 60% dos inquiridos considera que os espaços e equipamentos da escola estão adequados e bem conservados para o desempenho das funções não docentes.

Comunicação

A análise documental dos relatórios produzidos pelos departamentos e diferentes estruturas intermédias aponta a comunicação como uma falha no agrupamento. Desde a dispersão de informação em várias plataformas, até ao envio pouco atempado da mesma, são vários os constrangimentos referidos.

“Salienta-se, no entanto, que ainda se verifica pouca comunicação entre os proponentes das atividades, isto porque, ainda existem atividades que poderiam estar integradas numa só. Diferentes proponentes apresentam o mesmo tema, e poderiam articular entre si para uma só atividade. Contudo denota-se, face ao ano letivo anterior, uma melhoria no que toca à articulação.

É ainda de enfatizar que a comunicação continua a ser o “Calcanhar de Aquiles”, pois algumas atividades poderiam englobar mais intervenientes e assim serem mais abrangentes e envolventes.” (Relatório PPA)

Resultados dos inquéritos aplicados

A) Pessoal Docente e Técnicos

Para 87% dos inquiridos a informação veiculada pela direção é pertinente, mas a eficácia da forma como essa informação circula já não tem uma avaliação tão positiva, uma vez que 45% dos docentes

e técnicos a avalia com menção 1, 2 ou 3. A informação é considerada clara (62%, nível 4 e 5) e pertinente (77%, nível 4 e 5).

Já a transmissão de informação ao nível do Departamento recebe uma classificação francamente positiva, média 4,29.

B) Pessoal Não docente

Cerca de 50% dos inquiridos comunica de forma clara e transparente as suas decisões e objetivos.

Serviço Educativo

O Serviço Educativo de uma escola abrange um conjunto de atividades e serviços que vão além da sala de aula, visando o desenvolvimento integral e o bem-estar dos alunos. É um domínio essencial para a qualidade do ensino e a eficácia do projeto educativo. A sua importância reside em três aspetos principais:

- Apoio ao Aluno: garante que os estudantes tenham acesso a recursos e a suporte que complementem a aprendizagem em sala de aula. Inclui o acesso a bibliotecas, laboratórios e tecnologias. É também fundamental para o apoio psicossocial, a orientação vocacional e o suporte para alunos com necessidades educativas especiais.
- Promoção do Sucesso Escolar: ao fornecer serviços de reforço, tutoria e atividades de enriquecimento, o serviço educativo contribui diretamente para a redução do insucesso escolar e para o desenvolvimento de competências.
- Ligação à Comunidade: através de atividades extracurriculares, parcerias com a comunidade e projetos, a escola fortalece a sua relação com os pais e o meio envolvente.

A qualidade e a eficácia do Serviço Educativo constituem um indicador-chave de como a escola gere os seus recursos para criar um ambiente de aprendizagem holístico e inclusivo.

Serviço de Psicologia e Orientação

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) tem como finalidade apoiar o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo o seu bem-estar emocional, social e académico. Atua em articulação com os diferentes intervenientes da comunidade educativa – docentes, encarregados de educação, assistentes operacionais e técnicos especializados – com o intuito de prevenir situações de risco, potenciar competências e facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Tabela 6. Alunos SPO

Ciclos	Nºde Alunos - Acompanhamento Psicológico /e ou Avaliação Psicológica
Pré – escolar	2
1ºCiclo	28
2º Ciclo	21
3ºCiclo	20
Secundário	21
Total	92

A análise do relatório elaborado pelo SPO aponta para a preocupação face ao número de alunos a necessitarem de acompanhamento/apoio no primeiro ciclo, o que poderá ser indiciador de que as crianças estão a apresentar cada vez mais dificuldades de aprendizagem e ainda uma maior instabilidade emocional e comportamental.

No mesmo relatório consta que as problemáticas com maior prevalência continuam a ser as dificuldades de aprendizagem, posteriormente os problemas de comportamento e problemas emocionais e em terceiro lugar o absentismo/abandono escolar.

Resultados dos inquéritos aplicados

A) Alunos

Genericamente os alunos avaliam como positivo este serviço, percecionando como eficaz o acompanhamento e a orientação disponibilizados pela escola (55%, nota 4 e 5).

B) Encarregados de educação

Relativamente ao acompanhamento e a orientação disponibilizados pela escola, 62% dos encarregados de educação avaliam-nos como eficazes.

C) Pessoal Docente e Técnicos

23% dos respondentes considera que este serviço tem um impacto extremamente positivo, como medida de apoio disponível e 46% consideram-no uma medida de apoio de grande impacto.

Autonomia e Flexibilidade Curricular

Faculdade conferida à escola para gerir o currículo dos ensinós básico e secundário, partindo das matrizes curriculares-base, assente na possibilidade de enriquecimento do currículo com os conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Decreto-Lei nº 55/2018 de 06-07-2018, Artigo 3.º, alínea c)

A Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), estabelecida legalmente no Decreto-Lei n.º 55/2018, concede às escolas a capacidade de gerir uma parte significativa do seu currículo. Em vez de seguirem um modelo rígido e uniforme, as escolas podem adaptar as matrizes curriculares-base, enriquecendo-as com conhecimentos, capacidades e atitudes que respondam melhor ao seu contexto específico e ao perfil dos seus alunos. Esta autonomia permite que cada escola defina as suas prioridades no planeamento curricular, promovendo uma maior contextualização e diferenciação pedagógica. O objetivo é que a escola se torne um espaço de aprendizagem mais dinâmico e eficaz, onde o aluno é o principal agente do seu processo educativo.

Os Domínios de Autonomia Curricular (DAC) são a expressão mais visível e operacional desta AFC. Por definição legal são “áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular, desenvolvidas a partir da matriz curricular-base de uma oferta educativa e formativa, tendo por referência os documentos curriculares, em resultado do exercício de autonomia e flexibilidade, sendo, para o efeito, convocados, total ou parcialmente, os tempos destinados a componentes de currículo, áreas disciplinares e disciplinas;” (Decreto-Lei nº 55/2018 de 06-07-2018, Artigo 3.º, alínea e))

Assim, os DAC representam áreas de trabalho interdisciplinar e/ou de articulação curricular que são desenvolvidas pelas escolas a partir das matrizes curriculares existentes. Nos DAC, as disciplinas tradicionais podem ser integradas e trabalhadas de forma articulada, promovendo uma visão globalizante dos saberes e o desenvolvimento de competências múltiplas, em vez de aprendizagens estanques.

Por entender que os DAC se constituem como uma ferramenta pedagógica através da qual a adaptação curricular se materializa, fomentando o trabalho colaborativo entre docentes, a interdisciplinaridade e uma aprendizagem mais significativa e contextualizada para os alunos, decidiu a escola como meta (inscrita no PE) a realização de um DAC, por semestre, por turma.

O propósito final é a melhoria das aprendizagens, tornando-as mais globalizantes e integradoras dos vários domínios do saber, o desenvolvimento de competências alinhadas com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, em última instância, o sucesso educativo de todos os alunos do agrupamento.

Tabela 7. Número de Domínios de Autonomia Curricular com integração dos clubes e projetos nos currículos, desenvolvidos no 1.º e 2.º semestre, por ciclos de ensino.

Nível de ensino	Ano de escolaridade	DACs desenvolvidos 1.º Semestre	DACs desenvolvidos 2.º Semestre
1.ºCEB	1.º ano	2	2
	2.º ano	2	2
	3.º ano	2	2
	4.º ano	2	0
2.ºCEB	5.º ano	3	3
	6.º ano	3	3
3.ºCEB	7.º ano	2	2
	8.º ano	3	3
	9.º ano	2	2
Ensino secundário regular	10.º ano	2	3
	11.º ano	3	3
	12.º ano	2	2
Ensino secundário profissional	10.º ano	2	2
	11.º ano	3	3
	12.º ano	3	3

Tabela 8. Clubes/projetos envolvidos em DAC's

Ciclo de ensino	Clubes envolvidos	
	1º Semestre	2º Semestre
1º ciclo	Não foram envolvidos clubes e projetos	Não foram envolvidos clubes e projetos
2º ciclo	Gabinete de Comunicação e Imagem (2); Desporto escolar (1), Eco-Escolas (1); PESES (1).	Gabinete de Comunicação e Imagem (1).
3º ciclo	Clube Ciência Viva (5); Eco-Escolas (3); Erasmus + (3); Clube de Francês (1).	Erasmus + (3); Eco-Escolas (3); Clube Ciência Viva (3); Clube de Francês (1).
Secundário CH	Eco-Escolas (3); Clube Ciência Viva (1); Erasmus + (1); Clube Ciência Viva (1); Centro de Formação de Canoagem (1); Ecosystemas de Aprendizagem.	Eco-Escolas (3); Atelier de Produção Musical (9); Erasmus+ (1); Clube Ciência Viva (1); Biblioteca Escolar (1).
Secundário Profissional	Parlamento Jovem (1), Brave (1)	Parlamento Jovem (1), Brave (1) Eco-Escolas (1), Ciência Viva (1), Erasmus (1), Clube de Francês (1), Clube da Culinária (1)

Da análise do relatório elaborado no âmbito da coordenação da AFC, são apontados como pontos fortes dos Domínios de Autonomia Curricular os seguintes aspetos, por ordem decrescente de incidência:

- Trabalho colaborativo;
- Interdisciplinaridade e articulação curricular;
- Motivação dos alunos;
- Ambientes de aprendizagem inovadores;
- Aprendizagens ativas e significativas;

- Desenvolver as capacidades de pesquisa, relação e análise;
- Fácil incorporação de ambientes digitais na aprendizagem.

De igual forma são salientados os seguintes aspetos negativos:

- Falta de tempo;
- Questões burocráticas;
- Conciliação entre o horário dos alunos e do professor.

De ressaltar que apenas 1 DAC teve como ponto fraco o impacto reduzido nas aprendizagens e 23 DAC's não revelaram pontos fracos.

Desdobramentos e Coadjuvâncias

A utilização de desdobramentos e coadjuvâncias em sala de aula emerge como uma estratégia pedagógica essencial para a melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares. Mais do que uma simples solução logística, estas abordagens permitem uma diferenciação pedagógica mais eficaz, adaptada às necessidades heterogêneas dos alunos.

Os desdobramentos, ao dividirem a turma em grupos mais pequenos, possibilitam um trabalho mais focado e intensivo. Esta prática é particularmente útil em disciplinas que exigem atividades práticas, como laboratórios ou projetos, permitindo uma maior proximidade entre o professor e o aluno, e um acompanhamento mais individualizado.

Por sua vez, a coadjuvância, que implica a presença de um segundo professor ou técnico na sala, fortalece o apoio direto aos alunos com maiores dificuldades. Esta estratégia promove a inclusão e a equidade, assegurando que todos os alunos, independentemente das suas necessidades, têm o suporte necessário para participar ativamente e progredir.

No caso particular da nossa escola, existem desdobramentos nas ciências experimentais (CN/FQ e BG/FQA), tal como o definido na legislação em vigor, e por opção estratégica registam-se desdobramentos da disciplina de Português com a disciplina de Inglês nos anos iniciais de ciclo (7.º ano e 10.º ano).

As coadjuvâncias, em contexto de sala de aula, são utilizadas na disciplina de Matemática.

Resultados dos inquéritos aplicados

A) Pessoal Docente e Técnicos

Quase 60% dos inquiridos considera que a medida “Coadjuvâncias” tem um impacto extremamente positivo ou grande como medida de apoio à aprendizagem.

Relativamente aos desdobramentos são 68% aqueles que os consideram com um impacto extremamente positivo ou grande como medida de apoio à aprendizagem.

Apoio Tutorial Específico

O Apoio Tutorial Específico visa levar os alunos a definir ativamente objetivos, decidir sobre estratégias apropriadas, planear o seu tempo, organizar e priorizar materiais e informação, mudar de abordagem de forma flexível, monitorizar a sua própria aprendizagem e fazer os ajustes necessários em novas situações de aprendizagem.

APOIO TUTORIAL ESPECÍFICO

Artigo 12º, Despacho Normativo nº 4-A/2016 Jornadas Trabalho com Diretores (maio/Junho 2016)

O Despacho Normativo n.º 10-B/2018, no seu art.º 12.º, prevê a implementação da medida de Apoio Tutorial Específico. Esta medida (ATE) constitui-se como um recurso adicional, visando a diminuição das retenções e do abandono escolar precoce e conseqüentemente, a promoção do sucesso educativo.

A tutoria é uma medida de proximidade com os alunos, destinada aos alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. Tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem.

A tutoria em meio escolar pode constituir-se como um fator importante para a autorregulação das aprendizagens, incrementando, desse modo, o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais.

No agrupamento foi designado um professor tutor. A análise do relatório elaborado pelo mesmo permite concluir que foram apoiados, ao longo do ano letivo, 9 alunos (2.º/3.ºCEB). Registou-se apenas a retenção de 1 aluno.

Tabela 9. Alunos envolvidos em ATE

Turma	N.º de alunos	Retenções/Não aprovações
5.º C	1	0
7.º B	1	0
8.º A	4	0
8.º B	1	0
9.º A	2	1

Resultados dos inquéritos aplicados

B) Pessoal Docente e Técnicos

40% dos inquiridos considera que esta medida tem um impacto moderado enquanto cerca de 15% dos docentes e técnicos respondentes considera que o ATE, como medida pedagógica tem pouco ou nenhum impacto.

Estratégias de ensino e aprendizagem

Resultados dos inquéritos aplicados

C) Alunos

183, dos 312 alunos respondentes consideram que as aulas são interessantes e os ajudam a aprender de forma eficaz (58%). Já 56% dos inquiridos consideram que os professores utilizam métodos e materiais diversificados para apoiar a aprendizagem. Em relação ao acompanhamento para ajudar os alunos a melhorarem o seu desempenho académico, a sua eficácia é avaliada com uma média de 3,53 (1 – 5).

Relativamente a alguns aspetos do processo de ensino e aprendizagem os alunos afirmam que sempre ou quase sempre são informados sobre o calendário dos diferentes momentos avaliativos.

Reconhecem e valorizam o trabalho desenvolvido pelos professores e são incentivados a melhorar o seu desempenho escolar. Os aspetos relacionados com informações sobre o desempenho escolar (feedback) dos alunos, a participação em atividades dinamizadas pela escola e a conversa/reflexão com o Encarregado de Educação sobre o percurso escolar, merece uma maior frequência na resposta “raramente/ocasionalmente”.

D) Encarregados de educação

Quando solicitados para fazerem uma avaliação de aspetos relativos ao processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente planificações, informações sobre o desempenho escolar ou calendarização dos momentos de avaliação, realçam-se como aspetos mais positivamente avaliados o reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido pelos professores e a reflexão com educandos

sobre a sua vida escolar. 96% dos encarregados de educação afirma incentivar os seus educandos a melhorarem o seu desempenho escolar.

E) Pessoal Docente e Técnicos

Uma análise da frequência de utilização de várias metodologias em sala de aula permite concluir que as que registam uma maior incidência de utilização são: a resolução autónoma de exercícios, exposições orais e atividades de auto e heteroavaliação. Revelam uma menor incidência de utilização o Debate e o trabalho por projeto.

Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão (MSAI)

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, as medidas de suporte à aprendizagem e inclusão (MSAI) representam uma mudança fundamental no sistema educativo, deixando de se focar em diagnósticos e deficiências para se centrarem nas necessidades de cada aluno. Este documento estabelece um sistema de três níveis de intervenção progressiva:

- **Medidas Universais**
Estas medidas são aplicadas a todos os alunos e destinam-se a prevenir o insucesso escolar e as dificuldades de aprendizagem. Incluem estratégias pedagógicas flexíveis, diversificação de materiais e recursos, e metodologias de trabalho cooperativo. O objetivo é que a escola responda à diversidade de todos os alunos desde o início.
- **Medidas Seletivas**
São aplicadas a alunos que, apesar das medidas universais, demonstram dificuldades persistentes. Estas intervenções são mais específicas e direcionadas, como o reforço das aprendizagens, o coensino (dois professores em sala de aula) e adaptações curriculares não significativas. A sua aplicação depende de uma avaliação mais aprofundada das necessidades do aluno.
- **Medidas Adicionais**
Este é o nível de intervenção mais intensivo e destina-se a alunos com necessidades de apoio muito significativas e permanentes. Visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. As medidas adicionais podem incluir a elaboração de um Plano individual de transição (PIT), a intervenção de técnicos especializados e a adaptação do processo de avaliação para garantir que o aluno tem as condições necessárias para aprender e progredir.

Tabela10. MSAI

Ciclo de ensino	Turma	Total de alunos	Ação Social Escolar				N.º de alunos migrantes	Medidas de suporte à aprendizagem e inclusão			
			Esc. A	Esc. B	Esc. C	NB		Medidas Universais	Medidas Seletivas	Medidas Adicionais	Apoio Psicoped. (SPO)
Pré-Esc.	GA	22	1			21	2	---	0	0	0
	GB	20	2	6	4	8	1	---	2	0	2
1.º CEB	1.ºA	20	2	1	5	12	2	3	1	1	3
	1.ºB	18	5	5	3	5	1	2	0	0	0
	2.ºA	18	2	7	4	5	0	2	0	0	2
	2.ºB	16	4	6	3	3	0	2	1	1	2
	3.ºA	23	7	5	5	6	2	6	3	1	1
	3.ºB	24	4	8	5	7	1	5	2	1	3
	4.ºA	17	1	--	--	16	1	1	1	1	2
	4.ºB	17	--	--	--	17	1	1	4	0	2
2.º CEB	5.ºA	21	5	9	2	5	2	4	2	0	1
	5.ºB	21	4	6	4	7	0	2	3	0	3
	5.ºC	20	5	4	1	10	2	0	3	0	2
	6.ºA	17	--	--	--	17	0	5	2	1	2
	6.ºB	20	--	--	--	20	2	6	3	0	0
	6.ºC	19	--	--	--	19	0	4	3	0	2
3.º CEB	7.ºA	23	3	6	5	9	1	11	1	2	2
	7.ºB	21	3	6	2	10	0	3	1	2	2
	8.ºA	19	4	5	3	7	2	5	1	1	1
	8.ºB	17	2	2	2	11	0	7	2	0	0
	8.ºC	18	2	2	6	8	0	5	1	0	1
	9.ºA	23	11	5	2	5	2	15	2	1	1
	9.ºB	22	5	2	5	10	0	6	2	1	1
Ensino secundário Regular	10.ºA	17	1	5	5	6	1	4	0	0	0
	10.ºB	22	4	2	5	11	0	15	0	0	0
	10.ºC	25	--	7	8	10	0	8	0	0	0
	11.ºA	23	4	3	5	11	1	2	1	0	0
	11.ºB	16	3	4		9	2	5	0	0	0
	11.ºC	25	8	3	3	11	0	7	0	0	0
	12.ºA	22	5	8	3	6	0	2	0	1	1
	12.ºB	28	9	6	2	11	0	2	0	2	2
Ensino secundário Profissional	10.ºD	17	2	7	6	2	0	0	3	1	3
	10.ºE	18	5	7	3	3	0	2	1	0	0
	10.ºF	20	7	4	4	5	1	4	7	4	3
	11.ºD	14	1	5	3	5	0	0	3	4	4
	11.ºE	21	3	4	9	5	1	0	2	1	1
	11.ºF	15	6	2	3	4	2	0	5	0	1
	12.ºC	21	2	6	5	8	1	0	3	0	0
	12.ºD	8	2	3	--	3	0	0	1	1	1
	12.ºE	21	7	7	2	5	1	0	2	0	0

Tabela 11. Número de alunos envolvidos em medidas de suporte à aprendizagem e inclusão

MEDIDAS DE APOIO	N.º de alunos
Medidas universais	180
Medidas seletivas	71
Medidas adicionais	27
RTP/PEI/PIT (simultâneo)	14
RTP	98
PEI	27
PIT	14
Unidades de ensino estruturado	16
Sala de ensino especializado - multideficiência	1
Sala de ensino especializado (sala de apoio)	10
CAA (todos os alunos que têm algum tipo de apoio – centro de apoio à aprendizagem)	97
Plano de saúde individual de crianças com necessidade de saúde especiais	19

Uma análise dos resultados obtidos pelos alunos com medidas seletivas e adicionais permite constatar que, do total de alunos, apenas dois alunos não obtiveram sucesso, uma vez com a realização de exames finais não conseguiram obter aprovação, não concluindo, por isso, o ensino secundário.

Resultados dos inquéritos aplicados

A) Alunos

63% dos respondentes considera que a escola promove a inclusão e apoia alunos com diferentes necessidades educativas.

B) Encarregados de educação

Cerca de 70% dos encarregados de educação respondentes considera que a escola promove a inclusão e apoia alunos com diferentes necessidades educativas.

C) Pessoal Docente e Técnicos

92% dos docentes e técnicos inquiridos considera que a escola disponibiliza medidas eficazes de suporte à aprendizagem e inclusão para garantir a equidade entre alunos (nível 4 e 5).

Relativamente às medidas de apoio os docentes consideram-nas genericamente eficazes e promotoras da aprendizagem dos alunos. Merece, nesta avaliação, destaque positivo, a colaboração entre professores, coordenadores e outros profissionais da educação para a eficácia da aplicação das medidas de apoio e um realce menos positivo (5% dos inquiridos) a eficácia das medidas para identificar e lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Avaliação das aprendizagens

A avaliação das aprendizagens no ensino básico e secundário é um pilar central do processo educativo, com um papel crucial que vai muito além da mera atribuição de uma classificação. Baseada nos princípios de flexibilidade e autonomia curricular, a avaliação procura ser um processo contínuo, formativo e regulador, que informa tanto o aluno sobre o seu progresso quanto o professor sobre a eficácia das suas estratégias de ensino. No ensino básico, a tónica é colocada numa avaliação predominantemente formativa, focada na identificação de dificuldades e na promoção de feedback construtivo, para que os alunos possam ajustar as suas abordagens de aprendizagem. Já no ensino secundário, embora a vertente formativa se mantenha essencial, a avaliação assume um carácter mais sumativo, com impacto na certificação das aprendizagens e no acesso ao ensino superior, através de provas e exames nacionais.

Em ambos os níveis, o objetivo primordial é garantir que a avaliação sirva como uma ferramenta para a melhoria das aprendizagens, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos, em linha com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A avaliação pedagógica, enquanto processo formativo e regulador das aprendizagens, requer acompanhamento sistemático que permita aferir a coerência entre o previsto e o praticado em contexto educativo.

Neste sentido, a monitorização foca-se particularmente em aspetos estratégicos como o número de processos de recolha de informação com fins classificatórios utilizados por disciplina, respeitando as orientações estabelecidas quanto à sua quantidade mínima e diversidade. Pretende-se garantir que essa recolha ocorre em momentos distintos e com instrumentos diferenciados, assegurando uma avaliação mais justa, rigorosa e representativa do percurso dos alunos.

Outro aspeto fulcral incide no cumprimento da orientação que recomenda o máximo de dois testes por semestre com efeitos classificatórios, evitando a sobrevalorização de instrumentos formais e promovendo um equilíbrio entre momentos avaliativos distintos. O controlo destes indicadores permite identificar níveis de adesão, mapear constrangimentos e promover a reflexão crítica sobre as práticas em curso.

- **Número de processos de recolha de informação com fins classificatórios, utilizados por disciplina**

O projeto define que cada disciplina deve assegurar um número mínimo de processos de recolha de informação com efeitos classificatórios por semestre, ajustado à carga horária da disciplina. Esta medida visa garantir diversificação, triangulação e justiça avaliativa, evitando que classificações se baseiem em poucos momentos e instrumentos.

Tabela 12. Número de processos de recolha de informação com fins classificatórios, utilizados por disciplina

Ciclo de ensino	Disciplina	Turmas aquém do mínimo	%
1º Ciclo	Português	4	50%
	Matemática	4	50%
	Atividade física motora	2	25%
	EMRC	2	25%
2º Ciclo	Cidadania e desenvolvimento	3	50%
	Educação Física	1	16%
	Matemática	2	33%
	TIC	3	50%
	Artes Visuais	1	16%
3º Ciclo	Português	2	29%
	Matemática	6	85%
	Educação Física	2	29%
	Cidadania e desenvolvimento	4	57%
	TIC	4	57%
Secundário CH	Educação Física	1	12%
	Matemática	4	80%
	Biologia Geologia	1	20%
	História A	1	25%
	Geografia A	2	67%

A percentagem de turmas aquém do número mínimo de instrumentos diversificados de avaliação demonstra que, apesar dos avanços no domínio da flexibilidade curricular, persistem zonas de fragilidade na consolidação de práticas avaliativas coerentes com o referencial de avaliação pedagógica do agrupamento.

Os dados alertam para a necessidade de intervenção junto de departamentos curriculares, reforçando a formação, o acompanhamento e o apoio à conceção de instrumentos diversificados.

- **Número de testes com efeitos classificativos**

O projeto de avaliação pedagógica define como orientação clara a realização de, no máximo, dois testes com efeitos classificativos por semestre, sendo recomendado apenas um nas disciplinas com carga letiva inferior a 4 tempos letivos semanais. Este limite visa diversificar os instrumentos de avaliação, valorizar outras formas de recolha de informação.

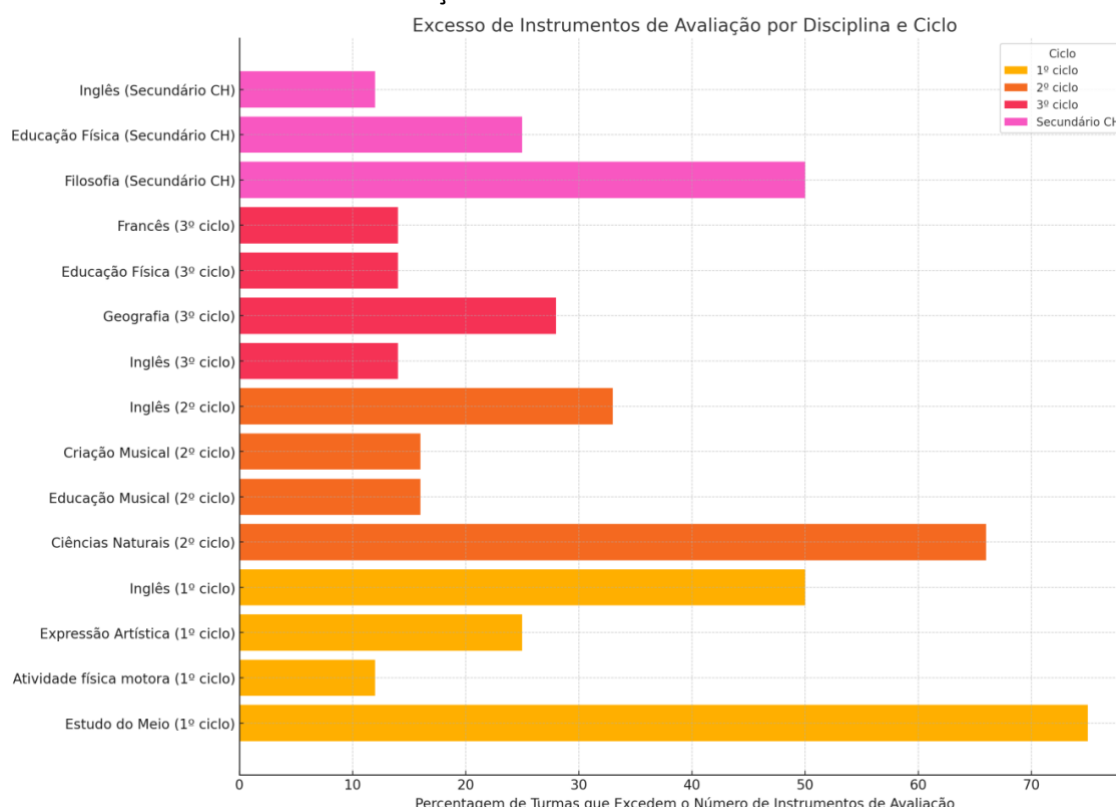


Gráfico 5. Excesso de instrumentos de avaliação por disciplina e por ciclo

A análise evidencia que, em vários níveis de ensino, há disciplinas onde se ultrapassa o número máximo recomendado de testes com efeitos classificativos o que pode comprometer os princípios de equilíbrio, equidade e qualidade pedagógica defendidos pelo Projeto de Avaliação Pedagógica do Agrupamento.

Estes dados reforçam a necessidade de acompanhamento próximo, ações de formação no âmbito da avaliação pedagógica e eventual reformulação de práticas avaliativas em determinados departamentos ou grupos disciplinares.

• Avaliações com suporte digital

No âmbito da dimensão pedagógica do PADDE (Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola), destaca-se o papel das tecnologias digitais na transformação das práticas avaliativas. Alinhado com o Objetivo 5 “Proporcionar práticas de avaliação centradas nos alunos com recurso às tecnologias digitais”.

A monitorização deste objetivo foi feita com base no indicador “número de processos de recolha de informação em suporte digital aplicados”, sendo a meta definida a de atingir, em cada ciclo de ensino, pelo menos um terço dos processos de avaliação sumativa com suporte digital.

A análise dos dados revela uma adoção desigual das práticas de avaliação com suporte digital entre os diferentes ciclos de ensino. No 1.º Ciclo, verificou-se que três turmas não realizaram qualquer recolha de elementos de informação com fins classificatórios através de meios digitais. Este resultado demonstra uma limitação significativa na integração de tecnologias digitais neste ciclo. Verifica-se uma melhoria desta medida nos ciclos mais avançados, especialmente no 3.º Ciclo e no Secundário. É necessário um esforço, em especial no 1.º e 2.º Ciclos, para atingir a meta de 1/3 das avaliações sumativas com suporte digital em cada ciclo de ensino.

• Avaliação entre pares

O contexto da dimensão pedagógica do PADDE, a avaliação entre pares surge como uma estratégia pedagógica promotora da reflexão crítica, da autonomia e da responsabilidade dos alunos no processo de aprendizagem. Esta prática está alinhada com a definição do Objetivo 8 – “Promover uma cultura de valorização do trabalho dos outros”. A meta definida para este objetivo consistia em envolver 100% dos alunos dos 5.º e 7.º anos em dois momentos de avaliação entre pares.

Apesar da implementação da avaliação entre pares em vários níveis de ensino e disciplinas, a meta específica de envolver 100% dos alunos dos 5.º e 7.º anos em dois momentos de avaliação entre pares não foi cumprida. Apenas uma das cinco turmas envolvidas nesses anos letivos cumpriu integralmente o objetivo.

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Pessoal Docente e Técnicos

A tabela seguinte sumariza a frequência de utilização de instrumentos e modalidades de avaliação.

Tabela 13. Frequência de utilização de instrumentos e modalidades de avaliação.

Instrumento/Modalidade	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Testes (teóricos, práticos e teórico-práticos)	8,4%	3,6%	22,9%	44,6%	20,5%
Questionários orais	7,2%	9,6%	32,5%	43,4%	7,2%
Relatórios	24,1%	18,1%	30,1%	22,1%	4,8%
Portfolio	39,8%	24,1%	21,7%	10,8%	3,6%
Apresentação oral	2,4%	6%	34,9%	44,6%	12%
Trabalhos escritos	2,4%	9,6%	42,2%	36,1%	9,6%
Análise do caderno diário	16,9%	14,5%	22,9%	28,9%	16,9%
Auto e hetero avaliação	1,2%	3,6%	22,9%	41%	31,3%
Grelhas de Observação	2,4%	3,6%	7,2%	47%	39,8%

O grau de colaboração na elaboração dos documentos de suporte à avaliação dos alunos é avaliado pelos docentes e técnicos respondentes de forma francamente positiva, assumindo estes que o processo de elaboração dos documentos de avaliação é transparente e aberto a sugestões de toda a equipa, havendo um trabalho conjunto entre os professores para a elaboração dos instrumentos de avaliação.

Recursos educativos

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Pessoal Docente e Técnicos

86% dos respondentes classifica com nível 4 e 5 os recursos educativos, incluindo tecnologia e materiais didáticos, considerando-os diversificados e adaptados às diferentes necessidades dos alunos da Escola.

Uma análise à frequência de utilização de recursos educativos permite concluir que os mais amplamente utilizados em contexto de sala de aula são as exposições orais/sínteses orais, seguindo-se os materiais audiovisuais e os computadores e Internet (Kits informáticos dos alunos). Menos utilizados são a sala LED, que nunca foi utilizada por 43,4% dos respondentes e a Biblioteca Escolar.

BRAVE/IAMME

O projeto do BRAVE-IAMME surgiu como resposta à crescente necessidade de criar um espaço dedicado ao desenvolvimento de competências emocionais e sociais dos nossos alunos, à prevenção e resolução de conflitos no ambiente escolar, bem como acolher e acompanhar os alunos migrantes. Assim, a equipa deste projeto propôs-se a atuar em diversas frentes, desde a realização de workshops temáticos até ao acompanhamento individualizado de alunos, passando pela mediação de conflitos, promoção de um ambiente escolar mais harmonioso e inclusivo.

Tabela 14. Alunos envolvidos no projeto BRAVE/ IAMME

Nível de ensino	Turma	N.º de alunos envolvidos	Apoio Português Língua Não Materna (PLNM)
1.º CEB	1.ºA	2	X
	1.ºB	2	X
	2.ºA	0	X
	2.ºB	1	X
	3.ºA	3	X
	3.ºB	1	X
	4.ºA	1	X
	4.ºB	1	X
2.º CEB	5.ºA	3	✓
	5.ºB	-----	-----
	5.ºC	2	✓
	6.ºA	1	✓
	6.ºB	2	✓
	6.ºC	-----	-----
3.º CEB	7.ºA	3	✓
	7.ºB	-----	-----
	8.ºA	3	✓
	8.ºB	2	✓
	8.ºC	-----	-----
	9.ºA	2	✓
	9.ºB	-----	-----

Nível de ensino	Turma	N.º de alunos envolvidos	Apoio Português Língua Não Materna (PLNM)
Ensino Secundário CCH	10.ºA	2	✓
	10.ºB	1	✓
	10.ºC	-----	-----
	11.ºA	1	✓
	11.ºB	2	✓
	11.ºC	-----	-----
	12.ºA	-----	-----
	12.ºB	-----	-----
Ensino Secundário Cursos Profissionais	10.ºD	-----	-----
	10.ºE	-----	-----
	10.ºF	1	✓
	11.ºD	1	✓
	11.ºE	1	✓
	11.ºF	2	✓
	12.ºC	1	✓
	12.ºD	-----	-----
	12.ºE	1	✓

Trabalho colaborativo/Departamentos

Os departamentos curriculares são as estruturas que visam assegurar a articulação curricular, tendo em vista a aplicação dos planos de estudos definidos a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa da escola e promover a articulação entre os docentes, procurando adequar o currículo aos interesses e necessidades dos alunos.

Regulamento Interno Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil, Artigo 95º

Os Departamentos Curriculares são o motor do trabalho pedagógico de uma escola, funcionando como o principal espaço de articulação e coordenação entre os docentes de uma determinada área disciplinar. O seu trabalho vai muito além do planeamento de aulas e abrange responsabilidades essenciais para o funcionamento da instituição:

- **Planeamento e Coordenação:** Os departamentos definem e coordenam o currículo das disciplinas, garantindo que os conteúdos e as metodologias de ensino estejam alinhados e adaptados às necessidades dos alunos. Também estabelecem os critérios de avaliação e os projetos comuns para as suas áreas.
- **Melhoria e Desenvolvimento Profissional:** São o principal fórum para a discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas. Através de reuniões regulares, os docentes partilham experiências, discutem o sucesso e as dificuldades dos alunos, e procuram soluções para melhorar a qualidade do ensino. Também identificam necessidades de formação contínua.
- **Gestão de Recursos:** São responsáveis pela gestão dos recursos específicos da sua área, como livros, materiais didáticos e equipamentos, assegurando que o corpo docente tem as ferramentas necessárias para um ensino eficaz.

Em suma, o trabalho nos departamentos curriculares é fundamental para a coesão e a coerência do ensino na escola, garantindo que o projeto educativo se concretiza de forma organizada e eficiente.

A recolha de dados relativos ao desenvolvimento do trabalho nos diferentes departamentos curriculares foi feita recorrendo aos relatórios elaborados, no final do ano, por cada um dos coordenadores, pelo guião

de autoavaliação, aplicado no âmbito da parceria com a RIMED (Rede para a Inovação e Melhoria da Educação - Avaliação institucional e autoavaliação e pelos inquéritos aplicados a docentes e técnicos.

Relatórios de Coordenação:

Os relatórios de coordenação são elaborados, pelo respetivos coordenador, semestralmente e refletem um balanço do trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo.

Uma análise destes relatórios revela que os departamentos reuniram no cumprimento do seu regimento interno e o trabalho desenvolvido na consecução dos objetivos e metas do Projeto educativo centrou-se nos seguintes aspetos:

- Planificação das atividades letivas;
- Planificação de DAC's;
- Planificação/organização de atividades do PAA;
- Critérios e instrumentos de avaliação – construção/reformulação;
- Construção de materiais pedagógicos;
- Análise de resultados escolares e definição de estratégias de melhoria;
- Partilha de boas práticas e de experiências pedagógicas entre pares.

O espírito de entreajuda e de partilha entre os elementos dos vários departamentos foi um aspeto positivo realçado.

Guiões de Autoavaliação:

Os guiões de autoavaliação (GAA) foram aplicados em departamento, no seguimento de um desafio lançado às escolas, como a nossa, pertencente à rede RIMED - Rede para a Inovação e Melhoria da Educação - Avaliação institucional e autoavaliação.

Estes guiões pretendiam fomentar um espaço aberto de reflexão partilhada no seio de cada departamento curricular orientado para os seguintes aspetos:

- Colaboração interna;
- Articulação com outros departamentos;
- Impacto na aprendizagem dos alunos;
- Inovação e partilha de boas práticas;
- Contributo para o projeto educativo da escola.

A análise dos guiões encontra-se sintetizada na tabela seguinte.

Tabela 15. GAA

DIMENSÕES E QUESTÕES ORIENTADORAS	Aspetos referidos
Colaboração interna	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de departamento • Reuniões de articulação (hora semanal de trabalho colaborativo) • Desenvolvimento de DAC's • Atividades do PAA • Intervisão pedagógica • Plataforma digital Teams <p>Os departamentos são unânimes em salientar a tomada conjunta, refletida e partilhada de decisões</p>
Articulação com outros departamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos agregadores (Camões 360°) • Atividades do PAA (mercado de Natal, feira quinhentista...) • Projetos e clubes AEVO • Projetos de Cidadania e Desenvolvimento • Desporto Escolar • Projetos com a Biblioteca escolar <p>Os constrangimentos apontados prendem-se com:</p> <ul style="list-style-type: none"> incompatibilidade de horários falta de tempo falta de cultura de promoção de atividades entre o 1.ºCEB e outros departamentos

DIMENSÕES E QUESTÕES ORIENTADORAS	Aspetos referidos
Impacto na aprendizagem dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias ativas • Avaliação formativa • Diferenciação pedagógica • Utilização de recursos digitais e tecnológicos • Utilização da plataforma Intuitivo • Projetos interdisciplinares
Inovação e partilha de boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas inovadoras introduzidas, partilhadas em plenário e sessões de trabalho colaborativo semanal: • Gamificação • Flipped classroom • Metodologias ativas como debates e casos de estudo • Avaliação formativa continua • Ambientes de aprendizagem flexíveis • LED/CTE • Centro de formação desportiva • Encontros com autores • Videocast e Podcast • Sonificação • Matemática dos 6 aos 12
Contributo para o projeto educativo da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades agregadoras (Camões 360°, Feira Quinhentista, • Utilização da plataforma Hypatiamat; • Trabalhos de investigação científica; • Participação na mostra formativa do agrupamento • Articulação curricular com projetos • Percursos diretos no 1.º ciclo • Elaboração e revisão de documentos estruturantes do agrupamento

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Pessoal Docente e Técnicos

Os aspetos da dinâmica organizacional/funcional dos departamentos que merecem uma avaliação mais positiva são a análise dos resultados escolares dos alunos, a discussão dos critérios de avaliação dos alunos e o planeamento das atividades curriculares e extracurriculares. Embora não apresentem uma avaliação negativa, mas sim um registo de mais menções “*Não Satisfatório*”, há a salientar aspetos como discussão de assuntos a tratar no conselho pedagógico, elaboração e discussão de estratégias e materiais didáticos e discussão das necessidades de formação.

Intervisão Pedagógica

A Intervisão Pedagógica surge na literatura como um processo de orientação e planeamento das práticas profissionais entre docentes, que trabalham no mesmo contexto, e que estão disponíveis para partilhar experiências, procedimentos e problemas, com o intuito de que possam encontrar soluções trabalhando colaborativamente. Este processo conjuga o trabalho colaborativo em sala de aula e a observação de pares, multidisciplinares, promovendo uma constante atualização do conhecimento pedagógico, didático e científico, fomentando a partilha de uma visão e valores comuns (Rodrigues et al., 2019).

in Colaborar para Aprender, Projeto de Intervisão Pedagógica, AEVO

A intervenção pedagógica entre professores é um processo colaborativo de aprendizagem e reflexão em que os professores partilham experiências, observam as aulas uns dos outros e discutem as suas práticas pedagógicas num espaço seguro, com o objetivo de melhorar o ensino e o desenvolvimento profissional de cada um. Funciona como uma supervisão mútua e reflexiva, promovendo o autoconhecimento, a troca

de métodos de trabalho e a resolução conjunta de problemas, o que beneficia a coesão da equipa e a qualidade da aprendizagem dos alunos.

São objetivos da Intervisão Pedagógica:

- Promoção da reflexão crítica: Os professores são incentivados a analisar e questionar as suas próprias práticas pedagógicas, explorando novas formas de pensar e agir em sala de aula.
- Aprendizagem entre pares: A troca de experiências entre colegas permite a apropriação de novas estratégias, métodos de trabalho e conhecimentos, enriquecendo a prática de todos.
- Melhoria do clima de sala de aula e apoio aos alunos: A observação e a partilha de informações ajudam a identificar e a trabalhar com as necessidades específicas dos alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais.
- Desenvolvimento de competências colaborativas: A intervenção fortalece a relação entre os professores, promovendo a coesão da equipa e um ambiente de apoio mútuo.
- Foco na resolução de problemas: É um espaço para as equipas pedagógicas discutirem situações problemáticas e explorarem soluções conjuntas, partindo da criatividade e do pensamento coletivo.

Tabela 16. Intervisão Pedagógica – Docentes observados

Departamento	1.º semestre	2.º semestre	Total
Pré-escolar e 1.º CEB	11	5	18
Departamento Ciências Sociais e Humanas	20	10	30
Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	15	13	28
Departamento de Expressões e Tecnologias	5	3	8
Departamento de Educação Especial	12	3	15
Departamento de Línguas	12	9	21
Formador ou técnico especializado	0	1	1

Tabela 17. Intervisão Pedagógica – Docentes observadores

Departamento	1.º semestre	2.º semestre	Total
Pré-escolar e 1.º CEB	8	10	5
15Departamento Ciências Sociais e Humanas	18	9	27
Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	18	10	28
Departamento de Expressões e Tecnologias	1	2	3
Departamento de Educação Especial	10	3	13
Departamento de Línguas	13	11	24
Formador ou técnico especializado	1	1	2

Resultados dos inquéritos aplicados – Domínio Serviço Educativo:

A) Alunos

Aproximadamente 70% dos alunos considera que a escola promove valores de respeito, inclusão e cidadania, e 62% dos inquiridos considera que a escola promove um ambiente inclusivo e respeitador para todos os alunos.

Genericamente os alunos consideram que a escola incentiva a sua participação em atividades extracurriculares e projetos (66%, nível 4 e 5) e que permite um bom acesso a recursos educativos adequados, como tecnologia e materiais didáticos (68%, nível 4 e 5).

Embora muitos alunos considerem que a escola disponibiliza apoio adequado quando enfrentam dificuldades académicas ou emocionais, há igualmente um número muito significativo de alunos que atribui nota 1, 2 e 3 a este aspeto (155 alunos, num total de 312).

Na opinião dos alunos as medidas de apoio mais importantes de ter ou manter na escola, de forma a garantir o acompanhamento dos alunos e a melhoria nas aprendizagens, são, por ordem decrescente de importância, os apoios pedagógicos, as coadjuvações em sala de aula e os desdobramentos em algumas disciplinas.

Cerca de 50% dos inquiridos considera que os valores promovidos pela escola (e.g., respeito, responsabilidade, integridade, cooperação, solidariedade e tolerância) são claros e consistentes e que a escola oferece um ambiente que estimula a curiosidade, a aprendizagem e o desenvolvimento global dos alunos.

B) Encarregados de Educação

Cerca de 70% dos encarregados de educação considera que a escola fornece um ambiente seguro e acolhedor para os alunos, promovendo valores de respeito, inclusão e cidadania.

Quase 80% dos encarregados de educação considera que os seus educandos se sentem motivados e felizes na escola.

Cerca de 70% dos encarregados de educação consideram que a escola incentiva o desenvolvimento das competências e conhecimentos nos alunos e que os professores utilizam métodos eficazes e diversificados para apoiar a aprendizagem.

60% dos encarregados de educação avalia de forma positiva a disponibilização, por parte da Escola, de apoio adequado aos alunos quando estes enfrentam dificuldades académicas ou emocionais.

Cerca de 66% dos encarregados de educação considera que os valores promovidos pela escola (e.g., respeito, responsabilidade, integridade, cooperação, solidariedade e tolerância) são claros e consistentes, enquanto 68% considera que a escola promove um ambiente que estimula a curiosidade, a aprendizagem e o desenvolvimento global dos alunos.

Quando solicitados para fazerem uma avaliação de aspetos relativos ao processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente planificações, informações sobre o desempenho escolar ou calendarização dos momentos de avaliação, realçam-se como aspetos mais positivamente avaliados o reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido pelos professores e a reflexão com educandos sobre a sua vida escolar. 96% dos encarregados de educação afirma incentivar os seus educandos a melhorarem o seu desempenho escolar.

C) Pessoal Docente e Técnicos

Cerca de 90% dos docentes e técnicos respondentes considera que a escola promove um ambiente seguro, inclusivo e desafiante para alunos, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento pessoal dos mesmos.

Das várias medidas pedagógicas existentes na Escola merecem uma avaliação positiva em termos de impacto, para além das já referidas anteriormente em capítulo próprio, o apoio à leitura. A medida Estudo autónomo é considerado de pouco ou nenhum impacto por cerca de 30% dos inquiridos.

Para os respondentes a falta de sucesso de muitas das medidas de apoio implementadas na escola (SPO, ATE, desdobramentos, etc) prende-se essencialmente com o desinteresse e falta de motivação

por parte dos alunos. A falta de valorização da escola por parte dos alunos e das famílias é também um motivo apontado.

83% dos respondentes considera que a articulação curricular promove a continuidade e coerência na aprendizagem entre diferentes níveis e ciclos de ensino.

Quando questionados sobre propostas pertinentes a implementar na escola, de forma a otimizar recursos e melhorar os resultados das aprendizagens dos alunos, os respondentes referem por ordem decrescente: Apoios ao estudo a Português, Matemática e Inglês; Criação de ninhos de aprendizagem para alunos que partilhem das mesmas dificuldades/potencialidades/ritmo de aprendizagem, nas disciplinas de Português e Matemática; Criação de um serviço de explicações, articulado entre uma bolsa de professores; Diversificação de clubes com espaços e horários próprios para os alunos; Utilização da biblioteca como sala de estudo, dinamizada por uma equipa de professores; Desdobramento de todas as turmas nas ciências experimentais; Desdobramentos noutras disciplinas (História/Geografia, ...); Programa de tutorias e por último o Programa de mentorias.

D) Pessoal não Docente

81% dos respondentes consideram que o seu trabalho contribui direta e significativamente para a qualidade do serviço educativo prestado pela escola. Relativamente à colaboração entre departamentos e serviços, 67% dos inquiridos avalia-a como razoável, salientando o facto de algumas áreas necessitarem de melhoria na comunicação e cooperação.

42% dos inquiridos considera que a escola garante totalmente um ambiente seguro e de bem-estar para alunos e funcionários, crucial para o serviço educativo, enquanto 50% afirma apenas que essa garantia é parcial, existindo medidas que revelam algumas lacunas.

50% dos inquiridos avalia em Muito Bom o apoio prestado pela escola a alunos com necessidades educativas específicas ou outras necessidades de apoio, enquanto 44% o consideram apenas razoável. Em termos de melhoria no serviço educativo da escola, os inquiridos consideram que as áreas prioritárias são, por ordem decrescente de menção: desenvolvimento profissional dos funcionários; condições físicas e equipamentos; recursos pedagógicos e materiais de apoio e por último a comunicação entre a escola e as famílias.

Quando convidados a avaliar o grau de satisfação sobre aspetos relativos à cultura e ambiente de Escola os inquiridos salientam como mais positivo a diversidade de atividades culturais e os planos/atividades orientados para práticas pró-segurança e ambientais. Merece uma avaliação mais antagónica o aspeto relacionado com a forma como os alunos se comportam nos diversos contextos educativos, uma vez que quase 60% dos inquiridos o avalia de forma positiva, mas há cerca de 23% dos respondentes que se consideram insatisfeitos ou muito insatisfeitos.

A avaliação das condições laborais é genericamente positiva, com exceção da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no desempenho das suas funções não docentes que merece por parte de cerca de 20% dos inquiridos uma avaliação menos boa.

Resultados

O domínio Resultados é o reflexo mais direto e visível do desempenho de uma escola. Enquanto os outros domínios avaliam os processos e a organização, este foca-se nos resultados e no impacto que a escola tem nos seus alunos.

Este domínio concentra-se em três áreas-chave:

- Sucesso e Insucesso Escolar: a avaliação do sucesso académico é feita através da análise das taxas de aprovação, de retenção e de conclusão de ciclos de estudo. O objetivo é perceber se a escola está a conseguir cumprir a sua missão de garantir que os alunos progridam e concluem os seus percursos.
- Desempenho dos Alunos: para além das taxas de sucesso, este aspeto avalia o desempenho em exames nacionais e outras provas. Também é analisada a forma como os alunos desenvolvem

competências-chave, valores e atitudes essenciais para a sua formação integral, incluindo a sua participação em atividades e a sua cidadania.

- Continuidade de Estudos e Empregabilidade: no final do ciclo de estudos, a avaliação foca-se nos caminhos que os alunos seguem. O referencial analisa as taxas de prosseguimento para o ensino superior, a entrada no mercado de trabalho e o sucesso profissional dos alunos, especialmente em cursos profissionais.

Em suma, o domínio Resultados é a medida final da qualidade e eficácia de uma escola, mostrando se a sua Liderança, Gestão e o Serviço Educativo conseguiram, de facto, traduzir a sua visão em sucesso concreto para os seus alunos.

Resultados Académicos Internos

1.1.1 Primeiro ciclo

Do Projeto Educativo	
1.º CEB	
100%	
100%	

Taxa de Sucesso
Taxa de Sucesso Pleno

Tabela 18. Resultados 1.º ciclo

1.º CEB	Total 1.º	Total 2.º	Total 3.º	Total 4.º	Total 1.º Ciclo
N.º de alunos	37	34	47	33	151
Taxa de Sucesso	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diferencial PE	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa Suc. Pleno	100,00%	97,00%	96,00%	100,00%	98,25%
Diferencial Obj 3 PE	0,00%	-3,00%	-4,00%	0,00%	-1,75%

1.1.2 Segundo e terceiro ciclo

Do Projeto Educativo	
2.º CEB	3.º CEB
100%	100%
100%	70%

(Taxa de sucesso)
(Taxa de sucesso pleno)

Tabela 19. Resultados 2.º 3.º ciclos

2.º e 3.º CEB	Total 5.º	Total 6.º	Total 2.º CEB	Total 7.º	Total 8.º	Total 9.º	Total 3.º CEB
N.º de alunos	62	54	116	44	53	45	142
Taxa de Sucesso	100,00%	100,00%	99,08%	97,70%	100,00%	100,00%	99,30%
Diferencial PE	0,00%	0,00%	-0,92%	-2,30%	0,00%	0,00%	-0,70%
Taxa de Suc Pleno	96,67%	95,00%	92,67%	88,50%	69,33%	64,50%	73,43%
Diferencial Obj 3 PE	-3,33%	-5,00%	-7,33%	18,50%	-0,67%	-5,50%	3,43%

1.1.3 Ensino secundário: Cursos Científico-Humanísticos

Do Projeto Educativo	
Ensino Secundário	
	90%
	75%

(Taxa de sucesso)
(Taxa de sucesso pleno)

Tabela 20. Resultados Secundário - Cursos Científico-humanísticos

Sec.	Total 10.º	Total 11.º	Total 12.º	Total Sec.
N.º de alunos	64	64	50	178
Taxa de sucesso	90,62%	98,44%	86,00%	92,13%
Diferencial PE	0,62%	8,44%	-4,00%	2,13%
Taxa de Suc. pleno	75,33%	71,33%	86,50%	76,63%
Diferencial Obj 3 PE	0,33%	-3,67%	11,50%	1,63%

1.1.4 Ensino Secundário: Cursos Profissionais

Do Projeto Educativo	
Profissional	
	90%
	85%

(Taxa de Sucesso)
(Taxa de Sucesso Pleno)

Tabela 21. Resultados Secundário – Cursos Profissionais

Profissional	Total 10.º	Total 11.º	Total 12.º	Total Profissional
N.º de alunos	56	50	50	156
Taxa Sucesso	91,07%	84,00%	100,00%	91,67%
Diferencial PE	6,07%	-1,00%	15,00%	6,67%

Tabela 22. Retenções

Ano de escolaridade	N.º de alunos
7.ºano	1
9.º ano	2
10.º ano (CCH)	6
10.º ano (CP)	2

Tabela 23. Número de alunos que não concluíram o ensino secundário

Curso	N.º de alunos
Científico-humanísticos	9
Profissionais	2

1.1.5 Educação e Formação de Adultos

Os cursos EFA configuram-se, assim, como uma modalidade de formação de dupla certificação particularmente adaptada às necessidades dos adultos sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário.

Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro

Os cursos EFA têm como principais objetivos: permitir o acesso e a melhoria das qualificações dos adultos, nomeadamente os que não têm o ensino secundário; constituírem-se como percursos flexíveis e adaptados às necessidades dos adultos num contexto de aprendizagem ao longo da vida; responder às necessidades específicas de qualificação de adultos com baixas e muito baixas qualificações, nomeadamente sem o ensino básico, iletrados ou com níveis de literacia muito insuficientes; possibilitar a obtenção de uma qualificação de dupla certificação adaptada às necessidades dos adultos e com relevância para o mercado de trabalho; promover a formação e o desenvolvimento de competências profissionais e relacionais, tendo em vista o exercício de uma atividade profissional, uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e o reforço da empregabilidade, incluindo numa lógica de reconversão profissional.

Tabela 24. Formandos EFA

EFA	
N.º total de formandos	37
Aprovados	31
Desistentes	6
Não aprovados	0

*A turma EFA inclui 1 formando de origem migrante (Paquistão)

1.1.6 Resultados para a equidade, inclusão e excelência

1.1.6.1 Alunos migrantes

A recolha de dados relativos aos alunos migrantes foi feita em duas perspetivas:

- Um conjunto de perguntas no inquérito aplicado no final do ano a docentes e técnicos sobre o tema, nas dimensões do acolhimento, relação escola-família e necessidades de formação docente (A);
- Um trabalho científico de investigação, desenvolvido por um membro da equipa de autoavaliação, no âmbito de uma pós-graduação, que recolheu dados e evidências sobre a temática em questão, envolvendo alunos e docentes na forma de inquérito e uma entrevista ao diretor do agrupamento (B).

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Pessoal Docente e Técnicos

41% dos respondentes classifica o processo de acolhimento de alunos migrantes eficaz, reconhecendo que há áreas que carecem de melhoria. 28% dos docentes e técnicos assumem que não têm conhecimento para avaliar este acolhimento.

Para a grande maioria dos respondentes os maiores desafios pedagógicos encontrados na integração académica de alunos migrantes são as barreiras linguísticas (compreensão e expressão em Português) e a dificuldade em avaliar os conhecimentos prévios destes alunos. Um docente referiu que o grande problema não é a integração social destes alunos, mas sim a sua aprendizagem, ou seja, considera que, genericamente, os alunos migrantes se integram bem, social e culturalmente, mas não acompanham o currículo e a aprendizagem.

58% dos respondentes considera que a escola oferece apoio socioemocional adequado aos alunos migrantes para a sua adaptação ao novo ambiente, ainda que muitos considerem que é possível fazer melhor e muitos também não têm conhecimentos sobre este apoio.

Relativamente à formação e/ou recursos suficientes para lidar com as especificidades e necessidades dos alunos migrantes, os docentes são unânimes em considerar que seria oportuno e conveniente dispor de mais formação na área.

Quase 50% dos inquiridos considera que não tem conhecimentos para avaliar a comunicação e colaboração da escola com as famílias dos alunos migrantes. Dos que têm, a avaliação que fazem é razoável (29%) ou muito boa (23%).

B) Resultados de trabalho científico realizado a alunos, docentes e entrevista ao Diretor do agrupamento AEVO.

Alunos

Os dados revelam que o Agrupamento está a implementar medidas para acolher os alunos migrantes, embora haja margem para aperfeiçoamento. Destacam-se, neste contexto, os seguintes aspetos positivos: uma parte significativa dos alunos (53,3%) sente-se integrada na escola, com 33,3% a reportar um elevado nível de integração. A maioria dos alunos (80%) menciona ter um bom relacionamento com os colegas e sentir-se bem no ambiente escolar. O apoio linguístico oferecido pelos professores também é notório, com 73,3% dos alunos a beneficiar de aulas suplementares de português, 33% a indicar a disponibilização de materiais de apoio e 20% a referir a adaptação das avaliações. Em relação ao apoio geral, 86,7% dos alunos confirmam recebê-lo, sobretudo nas aulas de português. Além disso, 60% dos alunos consideram que a escola demonstra sensibilidade para com os hábitos culturais e tradições dos alunos migrantes, integrando esses aspetos nas suas atividades.

Contudo, ainda persistem alguns desafios. Uma percentagem de 13,3% dos alunos sente-se pouco integrada, o que sugere a necessidade de otimizar as estratégias de integração já em vigor. Alguns alunos (13,3%) revelam sentir vergonha, enquanto outros (6,7%) expressam medo, apontando para a importância de promover um ambiente escolar mais acolhedor e seguro. A eficácia das adaptações implementadas pelos professores pode não ser uniforme, visto que 40% dos alunos consideram que estas não são suficientes. Algumas justificações indicam a falta de interesse dos alunos em procurar ajuda e a necessidade de tradução para outras línguas.

A aceitação da multiculturalidade surge como uma área crítica, evidenciando indícios de exclusão e dificuldades de adaptação. Uma parte significativa dos alunos (60%) sente saudades do seu país de origem, o que sublinha a importância de valorizar e integrar as suas culturas no ambiente escolar. Além disso, 60% dos alunos enfrentam dificuldades devido às diferenças culturais em relação ao país de origem. Mais de metade (53,3%) relata dificuldades em fazer amigos. Pelo menos 26,7% dos alunos já experienciaram xenofobia, racismo ou exclusão, e 33,3% têm conhecimento de casos de colegas que foram alvo de exclusão. As razões apontadas incluem a desconsideração por parte dos colegas (50%), dificuldades de comunicação (37,5%) e a tendência para a formação de grupos com a mesma origem (37,5%).

Na preparação para implementar uma educação intercultural, a escola reconhece a sua importância, mas enfrenta obstáculos na sua efetiva implementação. Embora a maioria dos alunos (60%) considere que a escola tem em conta os hábitos culturais e tradições dos alunos migrantes nas suas atividades, surgem sugestões de melhoria. Os alunos sugerem que a integração poderia ser promovida através da criação de clubes de intercâmbio cultural (42,9%), de atividades desportivas que envolvam diferentes culturas (28,6%) e de eventos culturais que celebrem a diversidade (28,6%). Além

disso, foi mencionada a necessidade de mediadores que falem a língua dos alunos migrantes. Estas sugestões refletem que 26,7% dos alunos sentem a falta de atividades que promovam a integração, e 40% consideram que a escola não tem em consideração os hábitos culturais e as tradições dos alunos migrantes ao planejar as suas atividades. Por último, os principais obstáculos enfrentados por estes alunos incluem: dificuldades linguísticas, especialmente na comunicação em português, que continuam a ser um desafio para muitos. Embora 53,3% dos alunos compreendam bem a língua, ainda enfrentam dificuldades na expressão, e 6,7% apresentam dificuldades tanto na compreensão quanto na expressão. A adaptação cultural também se apresenta como uma dificuldade significativa, com saudades do país de origem e dificuldades em lidar com as diferenças culturais. A xenofobia, o racismo e a exclusão são problemas reais que afetam uma parte destes alunos. Além disso, a falta de recursos, como a escassez de materiais de apoio noutras línguas, a necessidade de tradução e a falta de mediadores linguísticos, são barreiras importantes. Em relação à participação dos pais, embora 80% se envolvam na vida escolar dos filhos, a forma como o fazem varia, sugerindo a necessidade de promover uma participação mais ativa no processo de integração.

Docentes

Os dados indicam que os docentes reconhecem a presença de alunos migrantes nas suas turmas e que existem esforços para a sua integração, embora com diferentes níveis de implementação e eficácia. Todos os docentes inquiridos têm alunos migrantes nas suas turmas: 50% reportam ter entre um e dois alunos, 33,3% entre três e quatro, e 16,7% referem ter mais de quatro alunos. As nacionalidades destes alunos são diversificadas, refletindo a crescente multiculturalidade nas salas de aula. A proficiência linguística dos alunos migrantes também varia: 45,8% apresentam um nível avançado (C1 e C2), 41,7% um nível elementar (A2) e 16,7% um nível iniciante (A1). Esta diversidade de níveis de proficiência exige abordagens pedagógicas diferenciadas.

No que diz respeito às estratégias de integração, a maioria dos docentes (83%) recorre, ocasionalmente, a abordagens específicas para integrar alunos migrantes. As práticas mais comuns incluem trabalhos de grupo diversificados (77,3%), atividades que valorizam diferentes culturas (59,1%), adaptação de materiais didáticos (50%) e tutoria de pares (40,9%).

Quanto ao apoio institucional, a maioria dos docentes (75%) considera que a escola promove programas ou atividades de integração, com destaque para as aulas de PLN (87,5%), seguidas pelo apoio psicopedagógico (50%). A avaliação da adequação desses programas, com uma média de 3,54 numa escala de 1 a 5, indica que, embora sejam considerados adequados, existe margem para melhorias.

Em relação à aceitação da multiculturalidade, a análise revela uma perceção geralmente positiva sobre a integração dos alunos migrantes, mas com algumas nuances. A maioria dos docentes (75%) considera que os alunos migrantes estão integrados na escola, mas este valor diminui para 50% quando se avalia a integração nas aulas ou turmas. Uma percentagem significativa (29,5%) considera que os alunos estão pouco integrados neste contexto, sugerindo a necessidade de reforçar as estratégias de integração nesta área específica.

Quanto ao conceito de educação intercultural, os docentes demonstram uma compreensão abrangente do conceito, associando-o à promoção do diálogo e interação entre alunos de diferentes origens culturais (91,7%) e à integração de alunos de culturas distintas, sem promover discriminação (87,5%).

Em relação às abordagens pedagógicas, metade dos docentes (50%) considera que a escola promove uma abordagem multicultural e intercultural, enquanto 25% referem que apenas promove uma abordagem multicultural e 16,7% defendem que a escola adota apenas uma abordagem intercultural. Estes dados sugerem a necessidade de clarificação e uniformização das práticas pedagógicas adotadas.

A maioria dos docentes não participaram em formações sobre interculturalidade. E os que participaram, a sua utilidade prática é avaliada de forma relativamente baixa, com uma média de 2,8 em 5. As formações abordaram principalmente a sensibilização para questões de discriminação e inclusão, a legislação relacionada com alunos migrantes e as estratégias pedagógicas para lidar com turmas multiculturais. Contudo, os docentes identificam áreas específicas nas quais necessitam de mais formação, tais como avaliação adaptada para alunos migrantes (50%), comunicação intercultural (45,8%), gestão de conflitos culturais (37,5%) e práticas de inclusão em sala de aula (37,5%).

Quanto aos principais obstáculos enfrentados pelos alunos migrantes, os docentes identificam diversos desafios, incluindo a adaptação ao sistema educativo português (66,7%), o acompanhamento curricular (50%), as dificuldades linguísticas (45,8%) e a adaptação cultural (37,5%).

O envolvimento familiar é considerado satisfatório (média de 3), mas os docentes destacam dificuldades como a barreira linguística (54,2%), a falta de conhecimento do sistema educativo português (50%) e as diferenças culturais na perceção do papel da escola (45,8%).

Finalmente, os docentes apresentaram um conjunto de recomendações e sugestões que incluem a criação de um gabinete de apoio às migrações, a dinamização de atividades que permitam aos alunos migrantes partilhar e valorizar as suas culturas de origem, a integração de temas culturais em diversas disciplinas, e a realização de workshops para educadores sobre diversidade cultural e práticas inclusivas.

Quanto ao envolvimento familiar, os docentes sugerem ações direcionadas às famílias migrantes, como a orientação sobre o sistema de ensino português, a participação obrigatória dos encarregados de educação em atividades escolares, o desenvolvimento de projetos familiares para promover o conhecimento das tradições e costumes dos alunos, e a disponibilização de comunicados e regras escolares traduzidos para as línguas das famílias.

Em suma, a análise dos dados do inquérito aos docentes revela um compromisso com a integração dos alunos migrantes, mas também aponta para a existência de desafios e necessidades específicas. Torna-se fundamental investir na formação dos docentes em educação intercultural, fortalecer as estratégias de integração em sala de aula, promover o envolvimento das famílias migrantes e criar um ambiente escolar mais acolhedor e sensível à diversidade cultural. Ao abordar estas questões de forma integrada, o agrupamento poderá promover uma educação mais equitativa e inclusiva para todos os seus alunos.

Entrevista ao diretor

O diretor aponta para a inadequação do PLNM, criado há mais de duas décadas, que já não responde adequadamente às necessidades linguísticas de uma população migrante mais diversificada e, muitas vezes, sem qualquer domínio prévio da língua portuguesa. A crítica à aplicação indiscriminada do PLNM, sem a devida adaptação ao perfil linguístico dos alunos, reforça a necessidade de desenvolver programas mais flexíveis, individualizados e orientados para a aprendizagem efetiva.

Outro aspeto estruturante destacado pelo diretor é a tensão entre a inclusão social e o sucesso académico. Embora os projetos sociais de acolhimento sejam considerados

excelentes, o diretor alerta para a falta de estratégias eficazes que garantam a progressão acadêmica dos alunos migrantes. Este alerta evidencia a necessidade de um reenquadramento do conceito de inclusão, de modo a que não se limite apenas ao acesso e à pertença, mas que também assegure o desenvolvimento pleno das competências linguísticas, cognitivas e sociais.

A resistência à mudança por parte de alguns docentes é apontada como um dos maiores entraves à inovação pedagógica. A adesão quase inquestionável a práticas tradicionais, ancoradas no manual escolar e no currículo rígido, impede a adaptação necessária à diversidade presente nas turmas. Esta crítica à cultura organizacional da escola sugere uma reflexão mais profunda sobre as práticas de ensino e sobre a formação contínua, que deveria capacitar os professores para atuar em contextos multiculturais e dinâmicos.

A falta de autonomia das escolas para desenhar respostas adaptadas, aliada à escassez de recursos humanos, como mediadores linguísticos e assistentes operacionais capacitados, é outro obstáculo relevante. O diretor enfatiza que a autonomia que lhes é "prometida" na teoria ainda não se materializou de forma concreta, limitando as possibilidades de inovação e personalização das respostas educativas.

Ainda no domínio da liderança e da gestão interna, a seleção de membros das equipas de acolhimento, baseada apenas na disponibilidade horária e não nas competências específicas, revela uma fragilidade que compromete a qualidade do apoio aos alunos migrantes. O diretor assume a necessidade urgente de consolidar essas equipas, não apenas em termos numéricos, mas, sobretudo, na sua qualidade e formação especializada.

Por fim, a reflexão sobre a monitorização e avaliação dos projetos evidencia uma consciência autocrítica importante: reconhece-se que a ausência de processos sistemáticos de avaliação compromete a eficácia das medidas aplicadas. A avaliação, sendo muitas vezes vista como "parente pobre", precisa ganhar centralidade para que as decisões pedagógicas se tornem mais fundamentadas e orientadas para a melhoria contínua.

Em síntese, a entrevista não apenas expõe os problemas que atravessam o processo de inclusão escolar dos alunos migrantes, mas também desenha um caminho possível: um sistema mais flexível, formativo, autónomo e consciente da sua missão educativa. A escola do futuro, tal como sugerido pelo diretor, será aquela que, ao reconhecer a diversidade como uma riqueza, conseguirá transformar os seus desafios em oportunidades para todos.

Conclusões

A análise aprofundada dos dados provenientes de diversas fontes – inquéritos a alunos e docentes, entrevistas à direção e documentação sobre práticas e projetos existentes – revela um panorama multifacetado da educação intercultural no agrupamento. Este retrato, ao mesmo tempo promissor e desafiante, demonstra um compromisso com a inclusão, mas também a necessidade urgente de superar obstáculos estruturais e pedagógicos para garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente da sua origem.

No campo das boas práticas, destacam-se iniciativas como o projeto BRAVE e a estrutura IAMME, que desempenham um papel crucial no acolhimento e integração inicial dos alunos migrantes. A existência de um Programa PLNM é, sem dúvida, um ponto de partida importante para o desenvolvimento das competências linguísticas destes alunos. No entanto, a eficácia destas medidas é por vezes limitada por constrangimentos que urge resolver.

Apesar dos esforços, a realidade quotidiana dos alunos migrantes no agrupamento é marcada por desafios significativos. As dificuldades linguísticas persistem, com o

PLNM a revelar-se desajustado para alunos sem contacto prévio com a língua portuguesa e a progressão automática entre níveis a não garantir um domínio efetivo da mesma.

A integração em sala de aula, por sua vez, parece ser mais um objetivo do que uma realidade consolidada, com muitos alunos a sentirem-se pouco integrados e a enfrentarem barreiras sociais e culturais. A tudo isto acresce a escassez de recursos especializados, como mediadores linguísticos e assistentes operacionais com formação específica, e a resistência de alguns docentes à adoção de novas práticas pedagógicas que promovam uma verdadeira educação intercultural.

Perante este cenário, torna-se imperativo repensar e reforçar as estratégias de intervenção. A reformulação do PLNM é, sem dúvida, uma prioridade, tornando-o mais flexível e adaptado às necessidades individuais de cada aluno. A criação de turmas de transição, onde os alunos sem conhecimentos de português possam adquirir as bases da língua antes de serem integrados em turmas regulares, poderá ser uma solução eficaz para evitar que fiquem para trás.

Para além disso, é fundamental investir na formação contínua dos docentes, dotando-os de ferramentas e estratégias para lidar com a diversidade cultural e linguística em sala de aula. A promoção de espaços de diálogo intercultural, envolvendo toda a comunidade escolar – alunos, professores, famílias e assistentes operacionais – é essencial para construir um ambiente de respeito, compreensão e valorização da diferença.

Por último, mas não menos importante, é necessário garantir uma maior autonomia às escolas na gestão dos seus recursos, permitindo-lhes contratar mediadores linguísticos e selecionar assistentes operacionais com o perfil adequado para apoiar os alunos migrantes. A monitorização constante do progresso dos alunos, com indicadores claros e objetivos, é fundamental para avaliar a eficácia das medidas implementadas e ajustar as estratégias sempre que necessário.

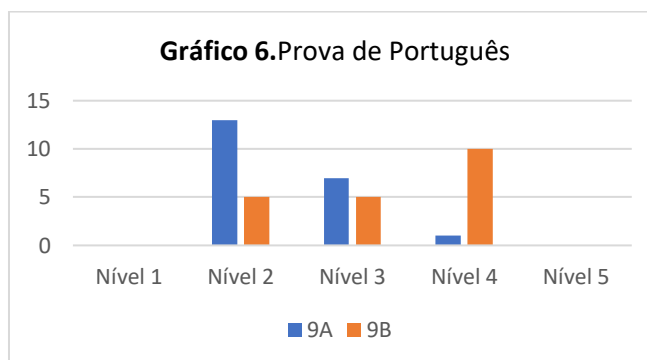
Resultados académicos – avaliação externa

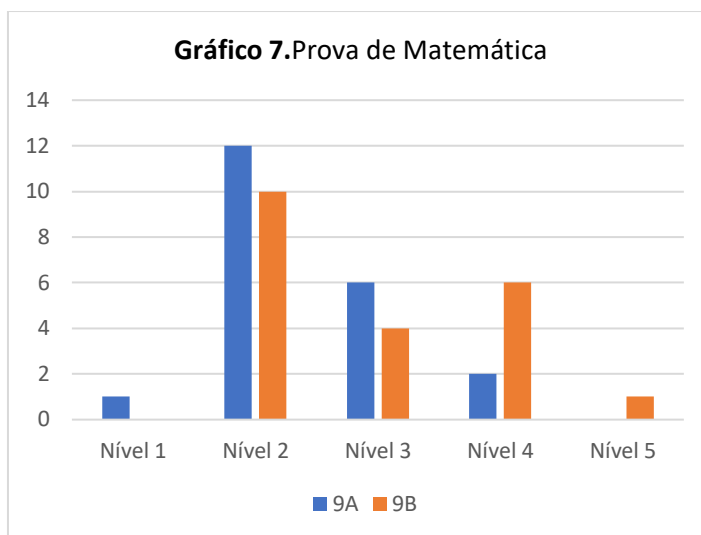
1.1.7 Provas Finais de ciclo

Os objetivos das provas finais do 9º ano em Portugal são avaliar as aprendizagens e competências adquiridas ao longo do 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos) e certificar a conclusão deste nível de ensino. As provas finais, realizadas nas disciplinas de Português e Matemática, têm um peso de 30% na classificação final da disciplina, e são um requisito para prosseguir para o ensino secundário.

Foram automaticamente inscritos 42 alunos internos nas provas finais de Português e Matemática. Na prova final de Português compareceram 40 alunos e na prova final de Matemática compareceram 41 alunos.

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, realizaram prova a nível de escola, três alunos.





Uma análise das pautas de classificação permite constatar que, dos alunos que realizaram provas finais, apenas 2 alunos viram baixar a sua classificação na disciplina de Português e um na disciplina de Matemática.

Tabela 25. Resultados Provas finais 9.º ano

	Ano letivo 2022-2023		Ano letivo 2023-2024		Ano letivo 2024-2025	
	Média Interna	Média Nacional	Média Interna	Média Nacional	Média Interna	Média Nacional
Português	54	61	57	59	55,5	58
Matemática	41	43	40	51	47,4	52

Tabela 26. Resultados Provas finais 9.º ano, por turma, 2024/2025

Disciplina	Média		Percentagem de positivas		Escola
	9A	9B	9A	9B	
Português	47,9%	63,1%	36,8%	73,7%	55,3%
Matemática	31,6%	53,2%	31,6%	50,0%	41,0%

As classificações médias das provas finais de ciclo continuam abaixo da média nacional

1.1.8 Exames nacionais de secundário

Os exames nacionais do ensino secundário em Portugal cumprem três objetivos principais, que vão além da simples avaliação do aluno. Eles funcionam como uma ponte entre o ensino secundário e o ensino superior, e como um instrumento de regulação do sistema educativo.

- Acesso ao Ensino Superior: o seu objetivo mais direto é servir como critério principal de seriação e de ingresso para a candidatura às universidades e politécnicos. A nota dos exames, ponderada com a média do ensino secundário, determina a elegibilidade e a classificação dos candidatos.
- Certificação e Avaliação Externa: os exames atestam que os alunos adquiriram os conhecimentos e competências essenciais definidos para cada disciplina a nível nacional.

Funcionam como uma avaliação externa e padronizada, permitindo que o Ministério da Educação analise a qualidade do ensino e compare o desempenho das escolas.

- Promoção da Equidade e Coerência: ao serem aplicados a todos os alunos em território nacional, os exames garantem um critério de avaliação comum e objetivo, promovendo a equidade. Adicionalmente, incentivam a coerência e o alinhamento curricular entre as escolas, já que todas se preparam para as mesmas provas.

Tabela 27. Resultados Exames Nacionais de Secundário

	Ano letivo 2022-2023		Ano letivo 2023-2024		Ano letivo 2024-2025	
	Média Interna	Média Nacional	Média Interna	Média Nacional	Média Interna	Média Nacional
Português	12,8	12,5	11	11,1	13,8	12,6
Filosofia	8,5	11,1	6,3	10,3	7,9	10,4
Matemática A	11,7	11	13,3	12,1	12,4	10,5
MACS	12,7	12,1	12	11,8	8,8	9,2
Física e Química A	10,1	11,2	11,5	11,5	8,6	11
Biologia e Geologia	10,3	11,4	10,6	9,9	12,5	12,4
Geografia	10,4	10,9	9,4	10,3	12,9	10,1
História A	12,1	11,5	14,4	12,4	11,9	10,9

As classificações médias dos exames nacionais superam as médias nacionais em 5 de 8 disciplinas

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Pessoal Doente e Técnicos

84% dos respondentes considera que os alunos demonstram, ao longo do ano progresso nos resultados académicos, refletindo melhorias no ensino e aprendizagem (nível 4 e 5).

92% dos docentes e técnicos respondentes acha que a escola promove a equidade, garantindo que todos os alunos, independentemente do seu contexto socioeconómico, tenham sucesso escolar.

Em relação a medidas eficazes para reduzir retenções e abandono escolar os respondentes avaliam a escola com média de 4,29.

Resultados Sociais

1.1.9 Plano Plurianual de Atividades (PPA)

Documento de planeamento, que define, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução.

Artigo 9.º, Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril

O Plano Plurianual de Atividades é o documento de planeamento, no qual são definidos, em função do Projeto Educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e são identificados os recursos necessários à sua execução.

Por se tratar de uma planificação a médio prazo, este documento assume-se como flexível, devido às diversas condicionantes que possam surgir. Assim sendo, o PPA é um documento elaborado no âmbito de uma lógica de autonomia, pretendendo responder com uma maior eficácia aos constantes desafios de mudança e paradigmas da sociedade atual, em função dos seus contextos

e não como um fim em si mesmo. Somente assim, a escola poderá diagnosticar os problemas com os quais se debate constantemente e desenvolver atividades facilitadoras da resolução dos paradigmas atuais, melhorando a aprendizagem e contribuindo para o bem-estar de toda a comunidade educativa, pretendendo dar resposta à principal missão da escola, o sucesso escolar. O plano foi estruturado em função de 4 atividades globalizantes, pretendendo enquadrar todas as atividades do Agrupamento, mesmo as impulsionadas em tempos letivos ou não.

As atividades globalizantes, que estão de acordo com os eixos de atuação, objetivos e metas apresentados no Projeto Educativo, são:

- Viver aprendendo (1º eixo)
- Teias de aprendizagem (2º eixo)
- Escola dinâmica (3º Eixo)
- Um mundo para todos - desafios do futuro (4º eixo)



Gráfico 8. Atividades PAA por eixo de intervenção do PE

No presente ano escolar foram inicialmente planificadas 73 atividades. Sendo os seus proponentes a Escola (professores/formadores, Clubes e Projetos, Artista Residente, SPO e Biblioteca Escolar), a Câmara Municipal de Baião, os Bombeiros Voluntários de Baião e GNR.

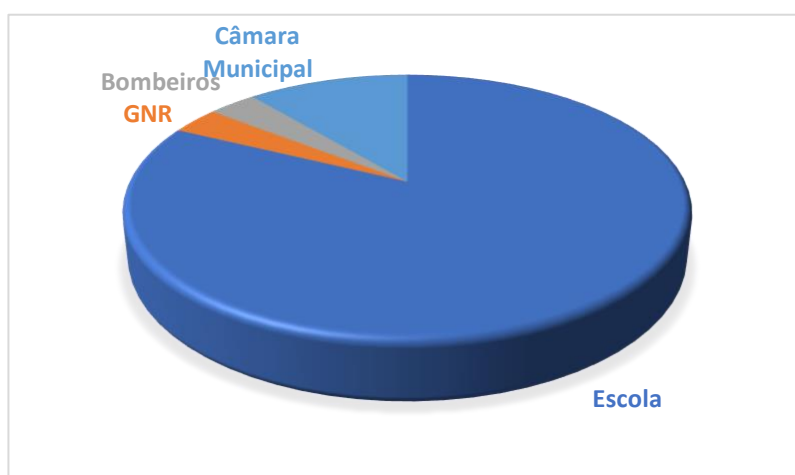


Gráfico 9. Proponentes das atividades PAA

Das atividades propostas pelos parceiros, todas foram executadas, exceto a atividade do “Corredor Ecológico”, dinamizada pela autarquia e tendo como público-alvo os alunos do 10.º ano, que não se realizou devido à sobreposição com as outras atividades letivas.

Das atividades propostas, somente 7 ficaram por avaliar.

Das atividades avaliadas, 14 não se realizaram (21%).

Foram apontados os seguintes argumentos justificativos da não realização das atividades:

- Razão financeira (10 atividades);
- Falta de disponibilidade do convidado (2 atividade);
- Ausência do responsável por motivo de doença (3 atividades);
- Incompatibilidade com a data da atividade (1 atividade)

É de salientar que o argumento “Razões financeiras” indicado para a não realização das atividades, foi exclusivo do ensino secundário profissional devido à falta de financiamento por parte do PESSOAS2030, uma vez que a falta de verbas foi impeditiva da sua realização. No entanto, devido à colaboração dos nossos parceiros, como o CATIM, foi possível a execução de algumas atividades.

Verifica-se que a maioria das ações excedeu as expectativas, refletindo um impacto positivo e significativo no percurso educativo dos alunos, na dinâmica da escola e na resposta aos desafios educativos. As restantes indicam que uma parte das iniciativas decorreu de acordo com o previsto, o que demonstra coerência com o planeamento inicial e a capacidade de execução do agrupamento.

Os **fatores positivos** na realização das atividades são liderados pela “Motivação e empenho dos participantes”, que teve a maioria das escolhas. A seguir, com pontuações também elevadas, encontram-se a “Criação de situações de ensino-aprendizagem não formais e os momentos lúdico-educativos”. Outros fatores, como o “Desenvolvimento de atividades para inclusão e a valorização de valores,” mostraram uma importância moderada. Os elementos menos valorizados e com pontuações mais baixas foram a “Qualidade dos trabalhos dos alunos”, o “Envolvimento da comunidade escolar” e a “Prossecução dos objetivos das atividades”.

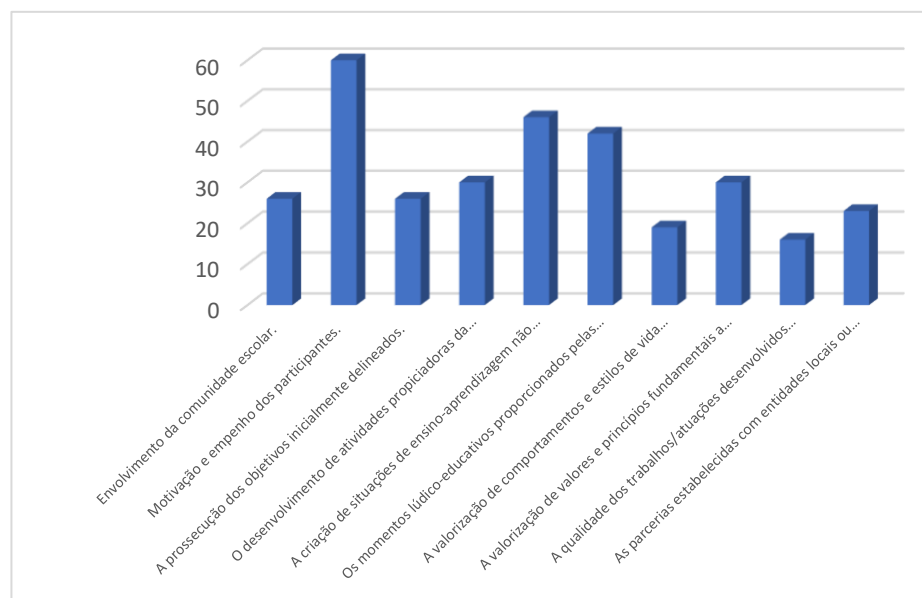


Gráfico 10. Fatores positivos considerados na realização das atividades

Os **fatores negativos** nas atividades realizadas foram pouco expressivos. A grande maioria não identificou "Nenhum" fator negativo. Dos poucos fatores negativos assinalados foram distribuídos por duas categorias: "Falta de Apoio" e "Outro". A categoria "Outro", engloba os seguintes aspetos:

"Algumas turmas não tiveram o conhecimento da atividade": indica uma falha na comunicação ou divulgação das atividades a todos os grupos-alvo.

"Excesso de parcerias, pelo que não se obtendo o devido partido de cada uma": sugere uma maior organização das parcerias.

"Os alunos ainda não estão civicamente conscientes para o respeito dos trabalhos expostos": aponta para um problema de falta de civismo e respeito por parte dos alunos, que se manifestou na desvalorização ou danificação dos trabalhos expostos.

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Pessoal Docente e Técnicos

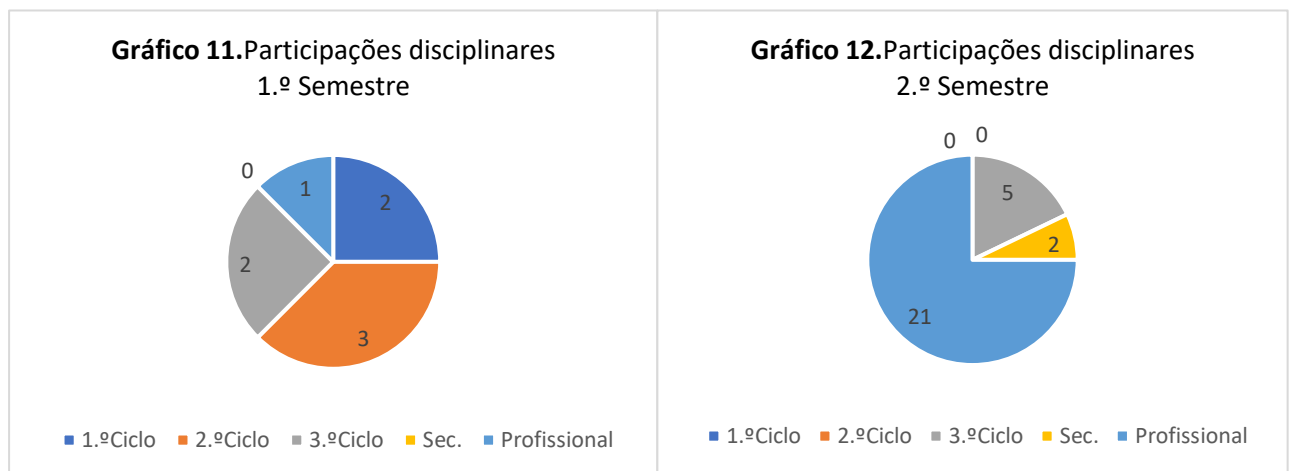
Uma análise da avaliação de alguns aspetos relativos ao plano anual de atividades como o enquadramento, a organização e a articulação das atividades permite concluir que genericamente os docentes e técnicos respondentes consideram que as atividades e projetos estão enquadradas nas áreas prioritárias do Projeto Educativo, o plano é detalhado e coerente e as atividades são impactantes. Os aspetos que revelam mais respostas negativas são a divulgação atempada das atividades, a comunicação e partilha de objetivos comuns entre professores e as diferentes áreas disciplinares no que respeita ao desenvolvimento do PAA e as práticas de articulação entre docentes de diferentes ciclos de ensino e as diferentes áreas disciplinares no que diz respeito ao desenvolvimento do PAA. Assim, globalmente pode considerar-se que será pertinente melhorar a forma como o PAA é construído criando espaços de diálogo para articulação entre docentes e entre ciclos de ensino.

1.1.10 Indisciplina

Uma análise cuidada das atas de conselho de turma de avaliação do final do ano letivo permite aferir os seguintes dados relativos à indisciplina:

- 67,7% das turmas com menção igual ou superior a Bom no comportamento;
- Diminuição em 71,1% das participações disciplinares e ocorrências em relação ao ano letivo anterior.

Dos dados recolhidos pelo Observatório (análise documental de atas) consta:



Verificou-se um aumento no número de participações disciplinares do primeiro para o segundo semestre.

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Alunos

Quando questionados sobre os mecanismos para lidar com situações de bullying, discriminação ou conflitos entre alunos, os respondentes fazem uma avaliação pouco positiva da eficácia dos mesmos (58%, nota 1, 2 e 3, média 3,25).

64% dos alunos afirma que há indisciplina na Escola.

As atitudes incorretas ou situações de indisciplina mais frequentemente destacadas pelos alunos são: desrespeitar o professor (ex: desobedecer, recusar-se a realizar tarefas, ser rude, discutir com o professor); agredir verbalmente os colegas; interromper as aulas com comportamentos desajustados. Em relação às medidas corretivas e /ou sancionatórias aplicadas para lidar com a indisciplina, a avaliação dos alunos sobre a eficácia das mesmas é positiva (86%).

65% dos inquiridos considera pouco eficaz a medida “*Manhãs sem telemóvel*”, sendo apontadas como principais razões desta ineficácia a in consequência do incumprimento, ou seja, os alunos reconhecem que a medida não é respeitada, mas na sua opinião “*nada acontece a quem usa o telemóvel*”.

B) Encarregados de Educação

No que concerne a mecanismos para lidar com situações de bullying, discriminação ou conflitos entre alunos, os encarregados de educação fazem já uma avaliação mediana, cerca de 62% avaliam com nível 1,2 e 3 (numa escala de 1 a 5).

C) Pessoal Docente e Técnicos

Aproximadamente 90% dos respondentes considera que a direção se preocupa com a indisciplina.

41% dos docentes e técnicos respondentes considera que raramente (1 vez por mês ou menos) se observam casos de indisciplina, 37% observa ocasionalmente (1 a 2 vezes por semana) e 19% fá-lo frequentemente (quase todos os dias).

Relativamente às situações de indisciplina que mais frequentemente são protagonizadas pelos alunos, os respondentes apontam as seguintes (por ordem decrescente de incidência): uso indevido de telemóvel no espaço escolar; interromper as aulas com comportamentos desajustados; distração dos alunos em sala de aula; dizer asneiras ou palavrões; brincar/fazer palhaçadas; agredir verbalmente os colegas; desrespeitar o professor (ex: desobedecer, recusar-se a realizar tarefas, ser rude, discutir com o professor). Na opinião dos inquiridos as principais causas de indisciplina na escola são o contexto sociocultural dos alunos/famílias; problemas familiares; falta de vigilância dos espaços escolares e castigos desajustados (por excesso ou por defeito).

De forma a diminuir a indisciplina na escola os respondentes apontam as seguintes: agravamento de sanções disciplinares; mais controlo e vigilância dos espaços escolares; apelo a um maior envolvimento dos encarregados de educação e famílias; endurecimento e clarificação das regras. O projeto BRAVE, sessões de competências sociais dinamizadas pelo SPO e conversas de pais são também algumas das sugestões, embora menos assinaladas que as anteriores.

D) Pessoal não Docente

A eficácia da direção na resolução de conflitos é avaliada com uma média de 3,64.

83% dos inquiridos considera que a direção se preocupa em manter a disciplina na escola (média 4,03). A maioria dos inquiridos considera que os casos de indisciplina são observados raramente (33%) ou ocasionalmente (31%).

Só 8% dos inquiridos considera que os alunos sempre ou quase sempre reconhecem e respeitam a autoridade dos funcionários. A maioria dos respondentes considera que a situação varia muito, ou é difícil generalizar o reconhecimento/respeito da autoridade dos funcionários (36%) ou que os alunos, na maioria das vezes, reconhecem e respeitam a autoridade dos funcionários (39%).

61% dos respondentes tem a certeza de que o seu trabalho é fundamental para a boa imagem da escola, enquanto que 36% considera que em parte o seu trabalho contribui para essa imagem.

1.1.11 Cidadania e Desenvolvimento

A Educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma cidadania democrática.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)

A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento faz parte das componentes do currículo nacional e é desenvolvida nas escolas segundo três abordagens complementares: natureza transdisciplinar no 1.º ciclo do ensino básico, disciplina autónoma no 2.º e no 3.º ciclos do ensino básico e componente do currículo desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação no ensino secundário.

Domínios de educação para a cidadania a trabalhar por ciclo e ano letivo
2024/2025

	Pré-escolar	1.º Ciclo EB				2.º Ciclo EB		3.º Ciclo EB			Ensino Secundário		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Direitos Humanos	X	X			X	X			X	X	X	X	X
Igualdade Género	X		X					X				X	
Interculturalidade			X				X		X			X	
A Desenvolvimento Sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sexualidade		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Media	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Instituições e Participação Democrática				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
B Literacia Financeira e educação para o consumo	X		X		X			X					X
Risco		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Rodoviária	X	X			X			X					
C Empreendedorismo		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mundo do Trabalho							X			X			X
Segurança, Defesa e Paz	X				X	X				X			X
Voluntariado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Bem-Estar Animal	X			X			X					X	

Tabela 28. Domínios de educação para a Cidadania a trabalhar por ciclo e ano letivo

A relevância do Cidadania e Desenvolvimento reside na sua capacidade de ir além do ensino académico e se focar na construção de valores essenciais para a sociedade. O seu propósito é capacitar os alunos para:

- Compreender o Mundo: Promove o conhecimento sobre questões globais e locais, como os direitos humanos, a sustentabilidade, e a igualdade.
- Exercer a Cidadania: Incentiva a participação cívica, o voluntariado e o respeito pelos direitos e deveres.
- Desenvolver o Pensamento Crítico: Ensina os jovens a analisar informação, a debater ideias e a tomar decisões informadas e éticas.

A análise do relatório de coordenação desta área revela :

Aspetos positivos

- Tema aglutinador.
- Todos os ciclos de ensino preencheram os documentos de referência.
- Os projetos desenvolvidos foram pertinentes e de boa qualidade.
- Houve presença consistente de projetos DAC (Domínios de Autonomia Curricular).
- Utilização frequente e variada de recursos digitais no trabalho com os alunos.
- Foi trabalhada uma boa diversidade de domínios da cidadania.
- Articulação entre clubes, projetos e a área de Cidadania e Desenvolvimento
- Houve colaboração com parceiros externos, fortalecendo as atividades.
- Observou-se articulação entre o currículo das disciplinas e os domínios da cidadania.
- Realizaram-se momentos de partilha nos plenários, promovendo colaboração entre professores e alunos

Aspetos a melhorar

- Ainda há diferenças entre o número de horas previstas e as que realmente são dadas por disciplina.
- Algumas disciplinas não estão a cumprir o tempo definido, mesmo com recomendações.
- Em algumas turmas, o preenchimento dos documentos continua a ser difícil.
- Falta mais partilha e feedback sobre os projetos; o Padlet poderia ser mais usado.
- É preciso guardar melhor os registos das atividades feitas.
- O referencial de horas deve ser revisto para os novos cursos, ajustando às disciplinas com menos carga horária.
- Algumas metas do Projeto Educativo, como Ser+ Sustentável e Ser+ Solidário, ainda não estão totalmente cumpridas.

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Alunos

70 % dos alunos afirma ter participado em atividades de Cidadania, como debates, assembleias ou projetos comunitários, mas ainda assim há 94 alunos em 312) que afirmam não ter participado em nenhuma atividade no âmbito da Cidadania. A avaliação da participação é francamente positiva (71%, nota 4 e 5).

B) Pessoal Docente e Técnicos

86% dos respondentes avaliam de forma muito positiva (nível 4 e 5) a participação ativa dos alunos na vida escolar e o desenvolvimento de competências de cidadania através de iniciativas e projetos promovidos pela escola.

1.1.12 Impacto da escolaridade no percurso dos alunos (inserção académica e profissional de alunos)

A) Cursos Científico-Humanísticos – acesso ao ensino superior

Tabela 29. Totais gerais

	N.º de alunos	%
Alunos inscritos para exame	124	
Tencionavam candidatar-se	63	51%
Apresentaram candidatura	36	57%
Foram colocados na 1ª fase	33	92%

Tabela 30. Colocados por opção

Opção	N.º de alunos	%
1ª	19	58%
2ª	7	21%
3ª	3	9%
4ª	1	3%
5ª	1	3%
6ª	2	6%

Gráfico 13. Colocados por opção

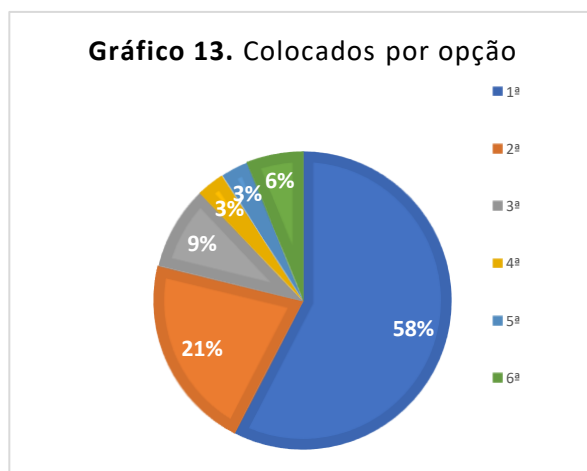


Tabela 31. Colocados por curso de colocação (15 mais frequentes)

Cursos do ensino superior	Colocados
9500 Enfermagem	5
9045 Ciências Empresariais	2
9078 Direito	2
9110 Engenharia Eletrotécnica - Sistemas Elétricos de Energia	2
9112 Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	2
9123 Engenharia Mecânica	2
9238 Serviço Social	2
9002 Administração Pública	1
9023 Ciências da Comunicação	1
9056 Contabilidade	1
9119 Engenharia Informática	1
9204 Línguas, Literaturas e Culturas	1
9205 Marketing	1
9242 Solicitadoria	1
9254 Turismo	1

Tabela 32. Colocados por estabelecimento de colocação (15 mais frequentes)

Estabelecimento de ensino superior	Colocados
3135 Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	5
1202 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais	3
3045 Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo	3
0502 Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	2
1203 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	2
3063 Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra	2
3138 Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	2
7040 Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Saúde da Guarda	2
7240 Universidade de Coimbra - Escola Superior de Enfermagem	2
0300 Universidade de Aveiro	1
1105 Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	1
1107 Universidade do Porto - Faculdade de Letras	1
1108 Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	1
1111 Universidade do Porto - Faculdade de Desporto	1
3042 Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	1

B) Cursos Profissionais

Para aferir o percurso dos alunos do ensino profissional foi aplicado um inquérito.

Total de alunos diplomados: 47 alunos

1. Cursos Representados

O inquérito contou com a participação de 45 diplomados dos cursos profissionais, não tendo sido respondido apenas por dois diplomados do curso de Informática. Assim, a amostra analisada corresponde a 96% do total de diplomados.

- **Técnico de Informática e Sistemas:** 17 alunos
- **Técnico de Restaurante/Bar:** 7 alunos
- **Técnico de Eletrónica e Telecomunicações:** 8 alunos
- **Técnico Auxiliar de Saúde:** 13 alunos

2. Situação Profissional

Empregados na área 15 alunos – (33%).

Na área de formação: a maioria dos que estão empregados indicou relevância direta do curso — 36 dos 45 classificaram o curso como “importante” ou “muito importante” para a situação atual, o que indica uma forte correspondência entre formação e emprego.

3. Quem Prosseguiu Estudos – CTeSP e Área de Formação

- **A frequentar CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais):** 14 diplomados (31%).
 - Instituições: **ISAVE, Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Viseu, Politécnico de Felgueiras.**
 - **Áreas de CTeSP:** Termalismo, Alimentação Saudável e Bem-Estar, Cibersegurança, Sistemas de Informação, Estética, Tecnologias e Gerontologia.

A maioria manteve-se em áreas próximas da formação original.

Tabela 33. Alunos que prosseguiram estudo por oferta formativa

Curso Profissional	Nº de Alunos que Prosseguiram Estudos
Técnico de Informática e Sistemas	8
Técnico de Auxiliar de Saúde	6
Técnico de Eletrónica e Telecomunicações	1
Técnico de Restaurante/Bar	1

Total de alunos que prosseguiram estudos: 16 alunos – 36%

Dos 45 diplomados inquiridos:

- 36% prosseguem estudos (essencialmente em CTeSP);
- 33% estão empregados (a maioria na área de formação);
- Os cursos mais representados são os de Informática e Saúde;

1.1.13 Quadro de Mérito Académico

1. O Quadro de Mérito Académico destaca os alunos que no final do quarto, sexto, nono e décimo segundo anos alcancem excelentes resultados escolares na avaliação sumativa do 2.º semestre de cada um dos anos do ciclo de estudos em que se encontram, designadamente:
 - a. no 4.º ano, são propostos todos os alunos que obtenham classificações finais iguais ou superiores a Muito Bom a 70% das disciplinas ou áreas disciplinares nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos e não tenham classificações inferiores a Bom;
 - b. no 6.º ano, são propostos todos os alunos com média de classificação final igual ou superior a 4,7 (arredondada), e sem níveis inferiores a 3, a todas as disciplinas ou áreas disciplinares no 2.º semestre de cada ano de escolaridade do segundo ciclo e menções qualitativas de Muito Bom;
 - c. no 9.º ano, são propostos todos os alunos com média de classificação final igual ou superior a 4,7 (arredondada), e sem níveis inferiores a 3, a todas as disciplinas ou áreas

disciplinares no 2.º semestre de cada ano de escolaridade do terceiro ciclo e menções qualitativas de Muito Bom;

- d. no 12.º ano dos cursos científico-humanísticos, são propostos todos os alunos matriculados em todas as disciplinas do plano de estudos obrigatório, com média de classificação final igual ou superior a 17 valores (arredondada) nos 10º, 11º e 12º anos, desde que não tenham obtido nenhuma classificação inferior a 14, nem tenham disciplinas em atraso;
- e. no 12.º ano dos cursos profissionais, são propostos todos os alunos com média de classificação igual ou superior a 17 valores (arredondada), no conjunto de todas as disciplinas do curso, na Formação em Contexto de Trabalho e na Prova de Aptidão Profissional, sendo considerada a média de todos os módulos/UFCD em cada disciplina, desde que nenhuma delas seja inferior a 14 e não tenham módulos/UFCD em atraso.
- f. A disciplina de EMRC ou outras confissões e/ou disciplinas facultativas não são consideradas para o cálculo das médias das classificações finais para distinção pelo mérito, nos termos das alíneas anteriores.

Cumulativamente, os alunos propostos deverão apresentar os seguintes requisitos:

- a) Não ter sido sujeito a qualquer medida disciplinar ao longo do ciclo de estudos;
- b) O comportamento do aluno deverá ser considerado Bom ou Muito Bom por unanimidade do Conselho de Turma/de Docentes.

Será atribuída a menção de “Mérito Académico de Excelência” ao aluno que conclua, no final do respetivo ciclo de estudos, no tempo previsto para o mesmo, com a melhor classificação final.

Regulamento Interno AEVO

Tabela 34. Quadro de Mérito académico, 1º CEB

Turma	Alunos
4.ºA	<ul style="list-style-type: none"> • Alexandre José Ribeiro Pereira • Ana Leonor Fonseca Pereira • David Ari Loureiro Semblano Pinto • Guilherme Dinis Monteiro Nogueira
4.ºB	<ul style="list-style-type: none"> • Benedita Pereira dos Santos • Dinis Fernando Monteiro Pereira • Maria Joana Correia Gouveia • Rodrigo Pinto Carvalho • Tiago Varatojo Queirós • Yasmin Soraia Miranda Barros*

*Menção de Mérito Académico de Excelência

Tabela 35. Quadro de Mérito académico, 2º CEB

Turma	Alunos	Média	
		5.º	6.º
6.ºA	José Nuno Ribeiro Pereira	5	4,9
	Martim Gomes Pinto de Oliveira Pacheco	5	5
	Tomás Gomes Pinto de Oliveira Pacheco*	5	5
6.ºB	Diana Filipa Oliveira Monteiro	5	4,8
	Lara Matilde Pinto Monteiro	5	4,8
	Vicente Cardoso Pinto	5	5
6.ºC	João Salvador de Azevedo Pereira Marques	4,7	4,7
	Margarida Silva Rocha	5	4,8
	Martim Manuel Oliveira Pereira	4,9	4,9
	Raúl Pereira Cunha	4,9	4,7

*Menção de Mérito Académico de Excelência

Tabela 36. Quadro de Mérito académico, 3º CEB

Turma	Alunos	Média		
		7.º	8.º	9.º
9.ºA	Não há propostas			
9.ºB	Madalena Queiroz Carvalho	4,8	4,9	4,9
	Sara Miranda Fernandes*	4,7	5	5

*Menção de Mérito Académico de Excelência

Tabela 37. Quadro de Mérito académico, Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos

Turma	Alunos	Média final
12.ºA	David Manuela Barbosa Portela	17
	Emanuel Costa Pereira	17
	Marta Catarina Soares Tavares	18
	Sofia Filipa Pinto Borges*	20
12.ºB	Cristina Isabel Monteiro Rodrigues	17
	Lara Isabel Monteiro Barbosa	17

*Menção de Mérito Académico de Excelência

Tabela 38. Quadro de Mérito académico, Ensino Secundário – Cursos Profissionais

Turma	Alunos	Média final
12.ºC	Francisco Ferreira Pereira	17
	Paulo Jorge de Carvalho Pinto	17
12.ºD	Ana Lúcia Ribeiro Santos*	17
	Paula Isabel Vieira Teles	17

*Menção de Mérito Académico de Excelência

A cada ano letivo é realizada uma cerimónia aberta a toda a comunidade para a entrega dos quadros de mérito.

Reconhecimento da comunidade

O reconhecimento da comunidade surge como um pilar fundamental que atesta a eficácia e a relevância da instituição. Uma escola de excelência não opera isoladamente, mas está profundamente enraizada no seu meio envolvente. A autoavaliação deve focar-se em como a escola não só serve a sua comunidade, mas também a envolve ativamente, criando parcerias estratégicas com encarregados de educação, empresas e outras entidades locais. O grau de reconhecimento e a forma como a escola se relaciona com o seu território são indicadores cruciais que refletem a capacidade da liderança em construir uma imagem positiva e um projeto educativo alinhado com as necessidades e expectativas da comunidade, transformando-a de um mero espectador num verdadeiro parceiro e beneficiário do sucesso escolar.

Resultados dos inquéritos aplicados:

A) Alunos

Em relação à preparação para o futuro, seja no ensino superior ou no mercado de trabalho, a avaliação que os alunos fazem da escola situa-se no valor 3,46.

Apenas 14% dos inquiridos considera que os seus resultados académicos não refletem o seu esforço e apoio que recebem na escola.

Os alunos avaliam de forma mediana (3,49) a valorização e reconhecimento que a escola faz dos sucessos académicos, pessoais e sociais dos alunos, considerando que nas decisões da escola que afetam os alunos, estes têm poucas oportunidades de opinar (51%, nota 1, 2 e 3).

B) Encarregados de Educação

Cerca de 70% dos encarregados de educação considera que a escola prepara bem os alunos para o futuro académico e profissional, valorizando e reconhecendo os sucessos académicos e sociais dos alunos.

77% dos encarregados de educação considera que os seus educandos têm perspetivas positivas sobre o seu percurso escolar e futuro.

C) Pessoal Docente e Técnicos

82% dos respondentes considera que existe reconhecimento da escola na comunidade através de parcerias, envolvimento com instituições locais e valorização do percurso dos alunos.

D) Pessoal não Docente

58% dos inquiridos considera que escola promove adequadamente o envolvimento de pais/encarregados de educação e da comunidade no serviço educativo, considerando que o mesmo é incentivado e ativo. No entanto, regista-se uma percentagem de 39% de respondentes que considera que esse envolvimento é apenas promovido em parte e que poderia ser mais efetivo.

Apenas 17% dos inquiridos considera que o seu trabalho é consistentemente reconhecido e valorizado pelos pais e encarregados de educação, enquanto 50% considera que essa valorização e reconhecimento apenas acontece por vezes.

EQAVET

O EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissional) é um instrumento europeu que serve para promover e melhorar a qualidade da educação e formação profissional (EFP). Adotado por Portugal, o seu objetivo principal é garantir que as escolas e instituições de formação ofereçam um ensino de excelência, alinhado com as necessidades do mercado de trabalho.

A sua metodologia assenta num ciclo de melhoria contínua, com quatro fases:

- Planeamento: Definição clara de objetivos e metas para a qualidade do ensino.
- Execução: Implementação das ações e das atividades planeadas.
- Avaliação: Monitorização e recolha de dados para verificar se os objetivos foram alcançados.
- Revisão: Análise dos resultados da avaliação e identificação de áreas para melhoria no próximo ciclo.
-

O EQAVET funciona como uma ferramenta de gestão da qualidade que promove a transparência, a responsabilidade e a colaboração entre todos os envolvidos (alunos, professores, formadores, empresas). O seu foco é assegurar que os diplomas e as competências adquiridas pelos alunos são reconhecidos e valorizados, facilitando a sua integração no mundo profissional.

Não tendo a escola verba para garantir a continuidade do EQAVET decidiu-se manter procedimentos de monitorização, ainda que não haja selo EQAVET.

Acompanhamento de Ex-Alunos no Mercado de Trabalho (2024)

Os resultados mostram um impacto positivo da formação na perceção pessoal de competências, mas revelam desafios de inserção profissional imediata, especialmente no que toca a empregabilidade e estabilidade laboral. Nota-se também uma procura por maior adequação da formação às exigências do mercado de trabalho local.

Síntese da Avaliação das Equipas Pedagógicas — 10.º Ano (2024/2025)

No geral, os alunos demonstram uma satisfação elevada com os formadores, sobretudo nas áreas técnicas. As áreas menos práticas (disciplinas gerais) tendem a ter classificações mais neutras ou menos positivas. O ambiente da escola e relacionamento com os serviços administrativos são globalmente vistos de forma positiva, mas as condições materiais e preparação para o mercado de trabalho surgem como eixos prioritários para melhoria.

Síntese da Avaliação das Equipas Pedagógicas — 11.º Ano (2024/2025)

O balanço geral é positivo, com destaque para a dedicação dos formadores nas áreas técnicas. A satisfação com a dinâmica das aulas práticas é elevada, mas há necessidade de reforçar motivação nas disciplinas gerais e investir em melhorias materiais e ligação ao mundo do trabalho.

Síntese da Avaliação das Equipas Pedagógicas — 12.º Ano (2024/2025)

O 12.º ano mostra um perfil de avaliação maduro, com boa valorização dos professores e das práticas de formação técnica.

As principais áreas a melhorar centram-se na qualidade prática de algumas disciplinas gerais e no investimento em melhores recursos técnicos e infraestruturas.

Ponto positivo final: a relação humana e pedagógica entre professor e aluno é vista como ponto muito sólido.

Síntese Geral das Avaliações das Equipas Pedagógicas — Ensino Profissional (10.º, 11.º e 12.º Anos) — 2024/2025

Os inquéritos avaliaram de forma consistente:

- Qualidade pedagógica das aulas: preparação, interesse e motivação;
- Métodos de ensino: utilização de recursos audiovisuais e dinamismo das atividades;
- Avaliação e acompanhamento: relação entre formadores e formandos, pontualidade e apoio pedagógico;
- Componentes práticas: Formação em Contexto de Trabalho (FCT), disciplinas técnicas;
- Organização escolar: atuação da Direção de Turma, Direção de Curso, Escola e Serviços Administrativos.

O balanço geral é bastante positivo, com elevada satisfação relativamente à qualidade dos formadores e à componente prática do ensino. Contudo, existem áreas estruturais a melhorar, nomeadamente ao nível de recursos escolares, ligação ao mundo do trabalho e valorização das disciplinas gerais.

Síntese — Avaliação dos Empregadores Envolventes da Comunidade Escolar (2024)

Os empregadores locais valorizam o ensino profissional, sobretudo em áreas técnicas diretamente ligadas ao mercado local. Contudo, referem dificuldades práticas na contratação, associadas principalmente à qualificação dos candidatos e à sua motivação. Destaca-se a necessidade de alinhar melhor a formação profissional às exigências do tecido empresarial da região.

Os inquéritos aplicados, no final do ano a vários membros da comunidade educativa, solicitavam que cada elemento realçasse aspetos positivos e negativos da escola. O programa escolhido para a elaboração do inquérito cria, com as respostas uma nuvem de palavras. Fica aqui o registo.

A) Alunos

Aspeto mais negativo da escola



Aspeto mais positivo da escola



B) Encarregados de Educação

Aspeto mais negativo da escola



Aspeto mais positivo da escola



C) Pessoal Docente e Técnicos

Aspeto mais negativo da escola



Aspeto mais positivo da escola



D) Pessoal não Docente

Aspeto mais negativo da escola



Aspeto mais positivo da escola



Recomendações e orientações

O presente relatório pretendeu fazer uma abordagem exaustiva do trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo. Centrou-se nos três domínios Liderança e Gestão, Serviço Educativo e Resultados, do Referencial para a Avaliação Externa da Escolas, por forma a sistematizar práticas de reflexão e autoavaliação da escola.

As recomendações e sugestões surgem de uma análise conjunta e cruzada de todos os dados coletados neste relatório. Algumas centram-se em questões organizativas (liderança e gestão), outras relacionam-se com o serviço educativo e com os resultados, nas suas várias dimensões.

Assim, salientam-se como áreas/aspectos a melhorar as seguintes:

- avaliação digital no 1.º CEB;
- resultados obtidos nas provas finais e exames nacionais
- qualidade do serviço do refeitório
- estruturação/articulação do PAA
- comunicação interna e externa do agrupamento
- ambiente de trabalho no pessoal não docente
- articulação do 1.ºCEB com os projetos

Os vários departamentos e estruturas intermédias recolheram junto dos seus elementos diversas sugestões de melhoria e aspetos pertinentes a considerar no próximo ano letivo, explanados na tabela seguinte.

Tabela 39. Sugestões de melhoria por departamento/estrutura intermédia (*in* Relatórios de Coordenação)

DEPARTAMENTO CURRICULAR/ ESTRUTURA INTERMÉDIA	SUGESTÕES
1.º CEB e pré-escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Reformulação das atas e do plano de turma; • Simplificar/diminuir os canais de comunicação
Matemática e Ciências Experimentais	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço curricular de algumas disciplinas do departamento • 2.ºCEB – CN e Mat pelo mesmo docente • Equipas pedagógicas de Mat – preparação do exame nacional • Laboratório de matemática • Tempos comuns de Matemática em todas as turmas do mesmo ano – aplicação simultânea dos mesmos instrumentos de avaliação • Aulas de matemática secundário – turno da manhã • Técnico para laboratórios • Apoio de preparação para exame disponível para alunos de 10.º ano e lecionado pelo professor da disciplina • Turmas sem desdobramento das ciências experimentais a distribuição de tempos deve ser 2+1
Ciências Sociais e Humanas	<ul style="list-style-type: none"> • 1 hora com turma para diretores de turma de secundário • Revisão da distribuição do número de horas atribuídas por disciplina para Cidadania e Desenvolvimento • Reformulação da planificação de Cidadania e Desenvolvimento • 2 tempos letivos consecutivos por semana para a disciplina de Filosofia • Utilização do email institucional como forma de fazer chegar de forma atempada a informação • Deixar de tornar as convocatórias públicas, de fácil acesso na página da escola • Reuniões de conselho de turma individualizadas no início do ano letivo • No ensino básico as disciplinas só devem contribuir para determinados domínios/projetos de cidadania se a sua leção estiver contemplada • Cada professor deve inserir os seus níveis no GIAE • Distribuição mais equitativa de disciplinas e níveis nos grupos disciplinares • No ensino profissional a 3ª hora de trabalho de escola deve ser conjunta com os coordenadores de curso para facilitar e promover a comunicação • Melhorar a comunicação e divulgação das atividades • Melhorar a página web da escola • Revisão dos descritores de avaliação usado na avaliação intercalar • Eliminar tudo o que esteja relacionado com o projeto MAIA
Expressões e tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação dos balneários/vestiários do pavilhão gimnodesportivo • Revisão do processo de seleção dos alunos participantes nas atividades do Desporto Escolar • Maior articulação entre o Clube de Robótica e o grupo disciplinar de Informática
Línguas	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das medidas de apoio individualizado (acompanhamento diferenciado para alunos com insucesso) • Promoção da corresponsabilização parental (sessões com encarregados de educação) • Valorização das boas práticas e motivação estudantil (mecanismos de reconhecimento do mérito) • Desdobramento de Português e Inglês • 1 tempo extra para recuperação de aprendizagens para a turma 12.ºC

DEPARTAMENTO CURRICULAR/ ESTRUTURA INTERMÉDIA	SUGESTÕES
Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Respeitara número máximo de alunos em contexto de cada sala especializada ▪ Sessão de esclarecimento/sensibilização para professores sobre as várias medidas de apoio (e documentos de suporte) e as várias valências do agrupamento, em termos de educação especial ▪ Reforçar com os alunos a comunicação sobre as MSAI ▪ Reforçar a comunicação com os pais e encarregados de educação sobre o estudo em casa ▪ Melhorar a sinalética do agrupamento ▪ Sistematizar informação em documentos partilhados ▪ Reuniões quinzenais das equipas SEE contempladas no horário ▪ Professor de educação física na natação ▪ Continuidade dos ateliês (Culinária, Música, Boccia...) ▪ Criação de um clube com docentes de CN, Artes ou TIC ▪ Manutenção da hora da história na sala LED ▪ Criação de um grupo de música/rancho inclusivo ▪ Desenvolver atividades mais funcionais em contexto escolar ▪ Promover momentos formais de convívio entre a equipa de forma a estreitar laços e a união profissional ▪ Projeto de intervenção no refeitório de melhoria de comportamentos e hábitos à mesa, assim como uma alimentação mais diversificada ▪ Criação de um banco de fichas e materiais para alunos que frequentem as salas especializadas e a sala de apoio
Coordenação ensino secundário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da carga burocrática ▪ Criação de um tempo letivo fixo dedicado à turma ▪ Simplificação da planificação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento ▪ Reorganização do alo letivo (organização trimestral) ▪ Garantia de alimentação em atividades fora do horário letivo
Coordenação ensino básico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação para diretores de turma ▪ Otimização da plataforma GIAE (cada docente deve registar as suas classificações e a avaliação intercalar) ▪ Redução do número de pastas do PT ▪ Diminuição da burocracia e da duplicação de registos ▪ 1 DAC apenas por ano ▪ Continuidade da hora de DT
EQAVET	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disciplinas gerais (Português, Matemática, Física e Química) tendem a receber classificações menos favoráveis, sobretudo pela falta de ligação prática. ▪ Condições materiais e instalações surgem frequentemente como aspeto crítico. ▪ Integração com o mercado de trabalho: alguns alunos sentem falta de reparação mais concreta para o contexto profissional real. ▪ Serviços administrativos mantêm avaliação mais discreta ou neutra.

Considerações finais

A análise destes resultados e deste relatório conduzirá à elaboração de planos de melhoria que visem responder aos problemas diagnosticados.

Os planos de melhoria são o instrumento estratégico que transforma a reflexão e o diagnóstico da autoavaliação escolar em ação concreta. No nosso entender não basta identificar as áreas que precisam de aperfeiçoamento; o verdadeiro desafio da gestão escolar reside em saber escolher o que trabalhar primeiro. A necessidade de priorização é inegável e fundamental para a eficácia de qualquer intervenção. Uma escola, tal como qualquer organização, opera com recursos limitados — seja de tempo dos professores, de orçamento ou de energia da liderança. Tentar abordar todas as debilidades identificadas de uma só vez levaria, inevitavelmente, à dispersão de esforços e a resultados superficiais.

Priorizar é, portanto, um ato de estratégia. Significa selecionar as áreas de maior alavancagem, ou seja, os pontos críticos onde a intervenção terá o impacto mais significativo e imediato no sucesso e bem-estar dos alunos. Uma priorização corajosa e inteligente, transforma a lista de desafios da escola num roteiro claro para a excelência.

Esta escolha deve ser rigorosa e fundamentada em dados, como aqueles que recolhemos ao longo do ano e que se encontram coletados e analisados neste relatório.

A equipa de autoavaliação considera que devem ser priorizadas as seguintes áreas/problemas: **comunicação no seio do agrupamento, utilização de recursos educativos como a sala LED e a Biblioteca, resposta às comunidades migrantes, PAA (articulação/planificação/divulgação) e serviço de refeitório.**

Ao focar a energia e os recursos nestas quatro ou cinco áreas prioritárias bem definidas, a escola garante:

- **Concentração:** todos os departamentos e elementos da comunidade sabem exatamente para onde devem canalizar os seus esforços.
- **Mensurabilidade:** é mais fácil monitorizar e avaliar o progresso, ajustando as estratégias quando necessário.
- **Compromisso:** a clareza das prioridades facilita o compromisso e o envolvimento de toda a equipa na prossecução de objetivos comuns e tangíveis.

Para cada uma destas áreas será definido um plano de melhoria, que contemplará uma série de objetivos e ações capazes de solucionar o problema diagnosticado.

A coordenadora do Departamento de Qualidade

Setembro 2025

Joana Costa

Aprovado em conselho pedagógico de 03 de setembro 2025

Aprovado em conselho geral de 10 de setembro de 2025